



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN
MAESTRIA EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

**A RELAÇÃO ENTRE A FAMÍLIA E A ESCOLA NO PROCESSO DE
ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA**

Maria Osvaldina Furtado dos Santos

Asunción, Paraguay

2022

Maria Osvaldina Furtado dos Santos

**A RELAÇÃO ENTRE A FAMÍLIA E A ESCOLA NO PROCESSO DE
ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA**

Tese apresentada, defendida e aprovada para o curso de Pós-Graduação na Faculdade de Ciências em Educação e de Comunicação da Universidade Autônoma de Assunção como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Dr. Tomás J. Campoy Aranda

Asunción, Paraguay

2022

Maria Osvaldina Furtado dos Santos

A RELAÇÃO ENTRE A FAMÍLIA E A ESCOLA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM
DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Asunción (Paraguay)

Tutor: Dr. Tomás J. Campoy Aranda

Tese de Mestrado em Ciências da Educação. p. 122 – UAA, 2022.

Palavras Chave:

1. Aprendizagem
2. Deficiência
3. Escola
4. Família
5. Relação.

Maria Osvaldina Furtados dos Santos

**A RELAÇÃO ENTRE A FAMÍLIA E A ESCOLA NO PROCESSO DE
ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA**

Esta tese foi avaliada e aprovada para obtenção do título de Mestre em Educação, pela
Universidade Autónoma de Asunción- UAA

DEDICATÓRIA

Dedico o presente trabalho a memória dos meus pais: Adriano Furtado Vilhena e Osmarina Santana dos Santos, principalmente a minha mãe, que não mediu esforços para ensinarme os valores morais e éticos que me acompanham ao longo de minha caminhada, ensinando-me que sonhos são sim possíveis de serem realizados, se tivermos, amor, força de vontade, esforço, persistência, firmeza e confiança em nós mesmos, lições estas que trago por toda vida.

Dedico também a todos aqueles que ensinam diariamente, tanto de si mesmos para que um dia aqueles que aprendem se proponham a ensinar, na esperança de que todos possam ser professores, alunos, pais, mães, irmãos, maridos, esposas, amigos, cidadãos... enfim, brasileiros de coração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por dar-me forças, sabedoria, inteligência, persistência e paciência em todos os momentos, principalmente nos de, dificuldades e fraqueza.

Ao meu Orientador, Prof. Dr. Tomás J. Campoy Aranda, por toda compreensão, paciência e dedicação, por ensinar-me e guiar-me sabiamente em todo esse processo, que sabemos que não é fácil e principalmente por compartilhar comigo seus mais preciosos conhecimentos, bem como, tempo, carinho e amizade.

Ao Instituto Pulsar por ter me apresentado a pós graduação no Paraguai e por estar comigo sempre, ajudando, auxiliando, mostrando caminhos, mas principalmente pela amizade, companheirismo e disponibilidade sempre, em todos os momentos, inclusive aqueles que vão além das responsabilidades profissionais.

A UAA, a seu corpo docente, direção e administração pela oportunidade de realização de mais um objetivo de vida, o Curso de Mestrado.

Aos coordenadores pedagógicos, professores e as famílias dos alunos com deficiência da E.E. São Lázaro, que tornaram essa pesquisa possível, com sua colaboração alegre e espontânea.

A Soraya Christina Pereira Leal, diretora do CAP, meu local de trabalho, por sua amizade e por entender minha ausência em certos momentos, compreender e ajudar-me em muitas situações.

Ao meus irmãos, amigos e familiares, por me apoiarem e me incentivarem nessa caminhada e nos momentos difíceis, onde muitas vezes, tive que que privá-los de minha companhia por causa das atividades, viagens, etc...

Aos meus filhos Gabriel Santos da Silva e Diogo Santos da Silva por me incentivarem a erguer a cabeça e seguir em frente, buscar meus objetivos, correr atrás dos meus sonhos e a não desistir diante das dificuldades, mesmo em momentos bem difíceis nos quais precisaram conviver com a minha ausência.

O meu muito obrigada.

“Todos os homens nascem iguais em dignidade e direitos... e toda pessoa deve ser reconhecida em tal condição por seus Estados membros”.
(ONU/ Declaração Universal dos Direitos Humanos, p. 26)

ÍNDICE

Lista de figuras.....	ix
Lista de tabelas.....	x
Resumo.....	xi
Resumem.....	xii
INTRODUÇÃO.....	1
HISTÓRICO E ESTADO ATUAL DO TEMA.....	1
JUSTIFICATIVA.....	4
PROBLEMATIZAÇÃO.....	5
DESENHO GERAL DA PESQUISA.....	6
PRIMEIRA PARTE: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	8
1. CONTEXTO HISTÓRICO E LEGISLAÇÃO QUE AMPARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	8
1.1. Contexto da educação especial no Brasil.....	8
1.2. Direitos humanos: Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente.....	10
1.3. A inclusão por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e da lei Brasileira de Inclusão.....	14
2. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA.....	16
2.1. O processo de inclusão dos alunos com deficiência na escola.....	16
2.2. Atendimento educacional especializado (AEE)	20
3. O PAPEL DOS EDUCANDOS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	2
3.1. O professor do AEE.....	22
3.2. Alunos público-alvo do atendimento educacional esppecializado.....	25
3.3. Práticas do professor em sala de aula.....	26
3.4. O papel do coordenador pedagógico.....	31
4. A INSTITUIÇÃO FAMÍLIA E A RELAÇÃO COM A ESCOLA.....	34
4.1. O papel da família.....	34
4.2. A família e o filho com deficiência.....	35
4.3. A família e a inclusão escolar.....	37

4.4. Contexto da Escola Estadual São Lázaro.....	44
SEGUNDA PARTE.....	46
5. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO.....	46
5.1. Objetivos da pesquisa.....	46
5.2. Plano de pesquisa.....	49
5.3. Contexto da pesquisa.....	49
5.4. Participantes da pesquisa.....	50
5.5. Desenho da pesquisa.....	51
5.6. Técnicas e instrumentos para coleta de dados.....	52
5.7. Validação dos instrumentos da pesquisa.....	53
5.8. Aspectos éticos.....	54
5.9. Procedimentos para coletas de dados.....	54
5.10. Técnicas de análise e interpretação de dados.....	55
6. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....	56
6.1. Contribuições educativas da família e o rendimento escolar do aluno com deficiência.....	56
6.2. A relação dos familiares dos alunos com deficiência com a escola.....	78
6.3. As estratégias para envolver, aproximar e inserir a família dos alunos com deficiência no contexto escolar.....	91
CONCLUSÕES E PROPOSTA.....	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	103
ANEXOS.....	110

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Perguntas e objetivos da investigação.....	47
Figura 2. Plano de pesquisa.....	49
Figura 3. Escola Estadual São Lázaro.....	50
Figura 4. Técnicas relacionadas aos objetivos da pesquisa.....	53
Figura 5. Relação família - escola	59
Figura 6. Meios que oferece a escola – PSC.....	62
Figura 7. Meios que oferece a escola – AEE.....	64
Figura 8. Contribuição da família.....	67
Figura 9. Participação familiar.....	70
Figura 10. Dificuldades familiar dos filhos com deficiência.....	73
Figura 11. Frequência da relação escola-família.....	75
Figura 12. Preconceitos devido a déficits de aprendizagem.....	78
Figura 13. Eficácia do processo.....	80
Figura 14. Contribuição de espaços e tempos na escola.....	81
Figura 15. Estratégias de dificuldades de aprendizagem.....	85
Figura 16. Orientação de atividades para casa.....	87
Figura 17. Dificuldades de relacionamento.....	89
Figura 18. Melhorias para o aprendizado.....	91
Figura 19. Professores coordenadores.....	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Participantes da pesquisa.....	51
Tabela 2. Relação família-escola.....	60
Tabela 3. Meios que oferece a escola-PSC.....	62
Tabela 4. Meios que oferece a escola-AEE.....	64
Tabela 5. Contribuição da família.....	67
Tabela 6. Participação familiar.....	70
Tabela 7. Dificuldades familiar dos filhos com deficiência.....	73
Tabela 8. Frquência da relação escola-família.....	75
Tabela 9. Preconceito por déficit.....	78
Tabela 10. Eficácia do processo.....	81
Tabela 11. Contribuição de espaços e tempo na escola.....	83
Tabela 12. Estratégias de dificuldades de aprendizagem.....	85
Tabela 13. Orientação de atividades para casa.....	87
Tabela 14. Dificuldades de relacionamento.....	89
Tabela 15. Melhorias de aprendizagem.....	91
Tabela 16. Coordenação de reunião.....	97

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a relação entre a escola e a família dos alunos com deficiência, no processo de ensino e aprendizagem. A metodologia se baseia em um enfoque qualitativo, onde participam professores da sala comum, professores do AEE, familiares dos alunos com deficiência e coordenadores pedagógicos. Para a coleta de dados utilizou-se questionários abertos e para a análise dos dados e a análise dos conteúdos o software qualitativo Atlas ti 9. Os principais resultados evidenciam que a relação família e escola é de vital importância. Os professores tem uma visão positiva da inclusão, mas os pais não assumem a necessidade da sua participação. É preciso melhorar a formação dos professores em tempos de pandemia, assim como a adaptação dos materiais escolares, para que se melhore a aprendizagem dos alunos. Os valores como o respeito, a confiança, a sinceridade, a seriedade e a comunicação de todas as partes devem servir para superar as dificuldades e facilitar a participação.

Palavras chave: aprendizagem, deficiência, escola, família, relação.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo analizar la relación entre la escuela y la familia de los estudiantes con discapacidad, en el proceso de enseñanza y aprendizaje. La metodología se basa en un enfoque cualitativo, donde participan profesores de la sala común, profesores de la AEE, familiares de alumnos con discapacidad y coordinadores pedagógicos. Para la recogida de los datos se utilizaron cuestionarios abiertos y para el análisis de datos y análisis de contenido el software cualitativo Atlas ti 9. Los principales resultados muestran que la relación entre la familia y la escuela es de vital importancia. Los maestros tienen una visión positiva de la inclusión, pero los padres no asumen la necesidad de su participación. Es necesario mejorar la formación del profesorado en tiempos de pandemia, así como la adaptación de los materiales escolares, con el fin de mejorar el aprendizaje de los alumnos. Los valores de respeto, confianza, sinceridad, seriedad y comunicación de todas las partes deben servir para superar las dificultades y facilitar la participación.

Palabras clave: aprendizaje, discapacidad, escuela, familia, relación.

INTRODUÇÃO

HISTÓRICO E ESTADO ATUAL DO TEMA

Pode-se afirmar que existem duas instituições de extrema importância para o processo educativo da criança com deficiência: a família e a escola, as quais tem entre outros o objetivo de conduzir a criança corretamente para que se torne um adulto responsável, crítico e com autonomia.

A família é a primeira instituição mediadora no processo de desenvolvimento do ser humano. É no seio familiar que a criança aprende a respeitar, partilhar, ter compromisso, disciplina, a administrar conflitos e a interagir com o mundo ao redor. Faz-se notável a extrema importância da família perante ao desenvolvimento do indivíduo, podendo-se assim dizer que dentro da família, os pais ou quem cumpre como tal este papel, são os maiores responsáveis por este sujeito.

Segundo Souza (2016, p.08) a família “é o primeiro e principal contexto de socialização dos seres humanos, é um entorno constante na vida das pessoas; mesmo que ao longo do ciclo vital se cruze com outros contextos como a escola e o trabalho”. Ou seja, a família deve contribuir para o desenvolvimento e proteção dos menores para que criem um sentimento de pertença e que funcione como socialização primária para ajudar os seus membros a lidar com as outras pessoas, isto é, para que aprendam a socializar.

A presença e o acompanhamento da família, na vida de qualquer criança, é muito importante para o seu desenvolvimento pleno. Seu papel é o de oferecer-lhe um lugar onde possam desenvolver-se com segurança e aprender a se relacionar em sociedade. Este esforço torna-se, sem dúvida, mais difícil para as famílias dos deficientes. Quando isto acontece, se exige de cada membro familiar uma redefinição de papéis, cobrando-se deles mudanças de atitudes e novos estilos de vida.

Outra instituição que também contribui para o desenvolvimento da criança é a escola, a qual tem a função de transmitir os conhecimentos científicos, culturais e outros acumulados ao longo da história da humanidade de forma sistematizada. A escola tem o papel de possibilitar aos estudantes o acesso ao conhecimento historicamente construído, sistematizando-o de forma a facilitar a apropriação dele pelas crianças. Porém muitos desses conhecimentos estão atrelados ao cotidiano delas e, portanto, extremamente relacionados à vida familiar e até a outros contextos de sua convivência.

Conforme Maturana (2015 p. 350) “a escola deve visar não apenas a apreensão de conteúdo, mas ir além, buscando a formação de um cidadão inserido, crítico e agente de transformação, já que é um espaço privilegiado para o desenvolvimento das ideias, crenças e valores”.

É importante que a escola seja um espaço acolhedor onde o aluno sinta prazer em estar presente. A infraestrutura e a forma de organização escolar devem ser bem planejadas, proporcionando aos alunos um espaço acolhedor onde ele possa desenvolver suas funções sociais, cognitivas ou motoras.

Carvalho (2018, p. 8) se remete às escolas como “instituições que tem a finalidade específica de promover a aquisição do conhecimento e este não estaria em qualquer outro espaço senão o escolar”. Deste modo, esta autora enfatiza, a importância sobre quais destes conhecimentos se transformarão em meios para que o indivíduo compreenda o ambiente em que vive. Ainda segundo Carvalho (2018) tanto a instituição família como a escola, possuem seus papéis e responsabilidades perante o desenvolvimento e formação dos indivíduos. Dessa forma, já se faz evidente que a participação da família é de suma importância no contexto escolar e que isto afeta diretamente no bom desempenho de aprendizagem dos filhos.

A família e a escola no que se refere ao processo educacional dos alunos com deficiência devem garantir que a sua aprendizagem aconteça de forma ética, democrática e cidadã. Quando um aluno com necessidades educacionais especiais é matriculado na escola, espera-se que a família seja uma área a partir da qual as informações podem ser extraídas para estabelecer uma resposta educacional decisiva.

Para Morolla Garcia (2020, p.45) a relação família e escola não deve acontecer apenas em reuniões de pais com os professores, precisa ir além, para que haja parceria e inclusão:

Esclarecer aos pais quais são os direitos dos alunos com deficiência, realizar reuniões com todos os pais conjuntamente, discutir com os pais parcerias e sua participação, informar sobre a importância das tarefas de casa, apresentar o planejamento escolar e apresentar como a escola funciona e como são realizadas as avaliações, conhecer a opinião dos pais sobre a situação do aluno, identificar as expectativas dos pais em relação a escola”.

Segundo Guzón Nestar e González Alonso (2019) a família não pode permanecer dentro da escola como mais um elemento, mesmo que seja um elemento participativo, mas tem que buscar a inclusão, o envolvimento, por meio da comunicação, do voluntariado, da paternidade, aprendizado em casa, tomada de decisão e colaboração com a comunidade, principalmente quando o estudante é uma pessoa com deficiência.

Calvo et al. (2016) definem muito bem a ideologia de que uma escola inclusiva deve garantir uma relação próxima e ativa de todos os agentes envolvidos no campo educacional, especialmente os pais e professores, onde se determina o processo que mais beneficiará a criança e/ou estudante. Portanto, deve haver uma parceria entre a família, aos profissionais da educação, ou seja, a coordenação pedagógica, aos professores do ensino regular e os professores do atendimento educacional especializado-AEE para que aconteça a educação inclusiva de forma efetiva.

Em seus estudos Hernández Prados e Gil Noguera (2019) relatam que o envolvimento familiar na escola deve ser melhorado quando se trata de alunos com necessidades específicas de apoio educacional, onde se espera que, ao longo de toda a sua escolaridade, toda a comunidade escolar deve se esforçar para melhorar a resposta educacional que determinará uma evolução positiva e eficaz de suas dificuldades.

Cáceres Gómez e Gómez Baya (2021) enfatizam que cada vez é mais comum encontrar crianças com NEE nas salas de aula. Apesar de que uma escola igualitária que atenda à diversidade seja difícil de encontrar, pois existem diferentes tipos de pensamentos, por parte dos professores e das famílias, mas que pouco a pouco a criação de salas de aula inclusivas está sendo alcançada.

De acordo com a fala de Melo & Melo (2018, p.149):

“O papel da educação inclusiva vem sendo construído à medida que a comunidade escolar e os demais setores da sociedade se conscientizam que existe a necessidade de abrir espaço para a diversidade respeitando e valorizando o outro, tendo em vista que as pessoas com necessidades especiais são tão importantes como qualquer outra, mas para que isso aconteça é necessário que o professor e a família trabalhem numa perspectiva inclusiva, ensinando as crianças pequenas, a importância do respeito e valorização do próximo”.

Logo para Rotela Cáceres e Rotela Cáceres (2021) o trabalho em conjunto, dentro da escola, com as famílias e a comunidade, facilita que a qualidade e pode melhorar a educação dos alunos, ao mesmo tempo em que promove o reconhecimento mútuo entre famílias e professores.

Ainda no que se refere à participação do grupo familiar, de acordo André & Barboza (2018, p. 2) além de trabalhar o desenvolvimento da criança “a família deve saber que ela também desempenha um importante papel para a evolução da criança, visto que, valores morais, desenvolvimento do lado afetivo e estimulação do cognitivo também é papel familiar, apesar de também ser trabalhado na escola”.

Sendo assim, tal relação entre família e escola é essencial no processo de formação da criança, nos seguintes aspectos destacados por Santos (2020, p. 11) que são tanto no:

“[...] êxito do processo educacional como o da não apropriação do aprendizado, neste sentido, a família e a escola são peças fundamentais quando o tema é desenvolver ações que estimulem, incentivem e ajudem no crescimento e no desenvolvimento do aluno. É muito importante que haja um diálogo entre a família e a escola para facilitar o processo de aprendizagem do aluno”.

JUSTIFICATIVA

A razão inicial para a realização desta investigação emana de vivências didático pedagógicas e inquietudes ao longo do percurso da minha docência. Em todo este período, tenho percebido a angústia dos pais de alunos com deficiência, que tentam acompanhar o processo de ensino aprendizagem de seus filhos no contexto escolar. Pude observar que o relacionamento entre a escola e a família, muitas vezes, torna-se frágil, dificultando, assim, uma aproximação entre essas duas instituições. Sendo assim, justifica-se o estudo da relação entre a família e a escola considerando que tais instituições contribuem para a formação da criança com deficiência, sua introdução e convivência em outros contextos de socialização. Além disso, a partir do momento em que o aluno com deficiência é inserido no espaço escolar, torna-se inevitável a conexão entre a família e a escola. Analisar esta relação torna-se relevante por possibilitar a articulação das ações desenvolvidas por estas instituições, evidenciando a importância da família no processo educacional, a necessidade do acompanhamento, auxílio, orientação e cuidados nos atendimentos específicos, na sala de

ensino regular e em casa. Diante dos desafios lançados à instituição escolar pela sociedade brasileira na contemporaneidade, o estudo apresenta dados relevantes para pesquisadores que se dedicam a investigação da interação entre a família e a escola em contextos populares.

PROBLEMATIZAÇÃO DA PESQUISA

A família é a primeira instituição do qual o ser humano faz parte. É no seio familiar que a criança aprende a administrar e a resolver conflitos, a se expressar afetiva e emocionalmente, aprende a conviver com outros, constituindo assim sua identidade como pessoa. Ao nascer um filho, ocorre várias mudanças no contexto familiar, principalmente quando a criança é uma pessoa com deficiência, gerando nos familiares um sentimento de luto e insegurança pela criança, desenvolvendo nos pais uma preocupação e superproteção que os acompanhará por toda a vida, em relação ao presente e futuro da criança por causa da deficiência.

A escola, depois da família, é o primeiro espaço fundamental para o processo de socialização da criança. A inclusão das crianças com deficiência na escola regular, com o apoio de atendimento educacional especializado, quando necessário, faz parte da atual política educacional brasileira. Contudo, todo o trabalho realizado pela escola terá maior êxito, se acompanhado diretamente pelos membros da família dos alunos deficientes. A falta de comunicação entre os educadores e os pais talvez seja um dos maiores empecilhos para que haja um entrosamento maior entre a família e a escola, sendo que, para que a criança obtenha um bom desenvolvimento escolar é necessário a participação familiar.

Com base no contexto apresentado se faz essencial responder as seguintes questões investigativas: Qual a percepção dos professores sobre atitudes educativas da família que se aplicam no contexto escolar. Quais as concepções dos familiares dos alunos com deficiência sobre a escola e sua relação com as famílias dos educandos. Quais as estratégias, o modelo de ensino e aprendizagem, as normas e o planejamento que a escola executa para envolver, aproximar e inserir a família dos alunos com deficiência no contexto escolar.

Portanto, para obter respostas a esses questionamentos, o foco central se levanta em torno da seguinte problemática: Como acontece a relação entre a escola e os familiares no processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência na Escola Estadual São Lázaro, na cidade de Macapá-AP?

DESENHO GERAL DA PESQUISA

Para responder à essa problemática, com a intenção de lançar propostas e recomendações acerca do fenômeno em questão, foram delineados como objetivo geral: analisar a relação entre a família e a escola no processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência na Escola Estadual São Lázaro, na cidade de Macapá-AP e como objetivos específicos: analisar a opinião dos professores sobre contribuições educativas da família e o rendimento escolar do aluno com deficiência; analisar a opinião que os familiares dos alunos com deficiência têm sobre a escola e a relação entre ambos; e descrever as estratégias, o modelo de ensino e aprendizagem, as normas e o planejamento que a escola executa para envolver, aproximar e inserir a família dos alunos com deficiência no contexto escolar.

O presente estudo e as estratégias metodológicas aplicadas na recolha e tratamento de dados assentam nos pressupostos de uma investigação qualitativa, considerando que esta abordagem incide sempre num estudo de pessoas, da sua singularidade, dos seus comportamentos e dos seus contextos. Quanto ao tipo, a investigação é fenomenológica, considerando que se preocupa com a análise do fenômeno em seu contexto natural, isento de manipulações, ou seja, as experiências e os significados são passíveis de interpretação e compreensão profunda, tendo em conta as diversas situações e o ambiente.

Em termos estruturais, a dissertação assume a seguinte ordem:

A primeira parte destina-se a fundamentação teórica, que está detalhada em cinco capítulos, que discorrem sobre o contexto histórico e a legislação que ampara a pessoa com deficiência; atendimento educacional especializado e a inclusão do aluno com deficiência; o papel dos envolvidos na educação especial; a instituição família; a relação entre a família e a escola.

A segunda parte, corresponde a metodologia da investigação, no qual se relata o passo a passo da pesquisa como os objetivos da pesquisa qualitativa, especificando o método fenomenológico. Este capítulo apresenta também o cronograma, seus participantes, os instrumentos, as técnicas aplicadas e seus processos de elaboração e validação, os procedimentos para a coleta dos dados e as técnicas de análise e interpretação empregadas.

A terceira parte se apropria da análise e interpretação dos dados da pesquisa, expondo de maneira clara e objetiva toda a análise de dados obtidas no decorrer da investigação. Essa análise permite considerar os aspectos qualitativos adquiridos juntos aos participantes, por meio do guia de entrevista e das entrevistas abertas.

Por fim, apresenta-se as conclusões adquiridas na concretização da investigação, sendo realizadas a partir das interpretações e análise dos dados obtidos e do referencial teórico estudado; assim como a apresentação de algumas sugestões consideradas importantes para a continuidade do estudo.

PRIMEIRA PARTE
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA
CAPÍTULO I: CONTEXTO HISTÓRICO E LEGISLAÇÃO QUE
AMPARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O presente capítulo é um conjugado de obras bibliográficas que fazem uma abordagem acerca da temática educação especial, apresentando características gerais e históricas no Brasil, e adiante as diretrizes que fortalecem os direitos dos alunos com deficiência, visando melhor compreensão do percurso da efetividade da educação no território brasileiro.

1.1. CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

A inclusão das pessoas com deficiência (PcD) é marcada por lutas, e vem ganhando destaque com o passar do tempo. A literatura aponta que o processo histórico foi influenciado pela cultura europeia com estratégias voltadas para diretamente esse público, como relata Souza (2016) “as Santas Casas de Misericórdia: em Salvador no ano de 1549; no Rio de Janeiro em 1552; em São Paulo, provavelmente em 1599 e no Maranhão em 1653, onde se teve o início do atendimento à PcD” (p. 19).

No Brasil, um dos primeiros locais para atendimento as PcD foi Hospício Dom Pedro II, que era vinculado à Santa Casa de Misericórdia no Rio de Janeiro. Com o surgimento da República, a Santa Casa de Misericórdia foi desativada, passando, em 1904, a ser denominado Hospital Nacional de Alienados. Esse marco histórico deu origem pela primeira vez, a um pavilhão à criança com deficiência. Em 1854, surge o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje chamado Instituto Benjamin Constant (IBC) e em 1856 o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, atualmente denominado de Instituto Nacional dos Surdos (INES).

Devido ao déficit de iniciativas voltadas para com as PcD, a comunidade começa a fazer movimentos por meio de organizações voltadas a assistência nas áreas de saúde e educação. Surgem, então, as Sociedades Pestalozzi em 1932 e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) em 1954. Ambas se tornam Federações: a Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi (FENASP) em 1970 e a Federação Nacional das APAEs (FENAPAES) em 1962.

De acordo com Spini (2016) ainda durante o período de 1950 “com o surto de poliomielite, surgem centros de reabilitação física por iniciativa de estudantes de Medicina com o uso de métodos e paradigmas do modelo de reabilitação do pós-guerra” (p. 27).

Na visão do autor Sasaki (2019) tal modelo foi desenvolvido por vários segmentos ligados à deficiência como “especialistas, pesquisadores, reabilitadores, educadores, gestores e PcD em busca por avanço dos direitos” (p. 2).

O autor Sasaki (2019) reforça ainda que sob essa luz, surge à compreensão de que “a deficiência tem sido percebida como uma estrutura constituída por fatores do corpo humano: lesão, perda ou ausência de membros, anomalia” (p. 3), além de insuficiência, déficit e disfunção. E, como esses fatores existem dentro do corpo, são frequentemente confundidos com doenças, trazendo a falsa ideia de que deficiência e doença teriam o mesmo significado. Essa concepção foi determinante para que houvesse uma visão da deficiência como doença permitindo a discriminação, exclusão e rejeição desse público.

Como visto a história da PcD é marcada por discriminação e lutas, para Sasaki (2019, pp. 14-16) diz que esse contexto de lutas foi estruturado em quatro etapas:

“[...] na **primeira etapa** da história das PcD, chamada exclusão (da Antiguidade até o século 19), predominou o modelo de rejeição social, deixando as pessoas abandonadas à própria sorte, longe da sociedade que se considerava valorosa, normal e útil [...] Na **segunda etapa**, a da segregação (1910), a sociedade e o governo – por caridade ou conveniência - confinavam essas pessoas em instituições terminais, prestando-lhes alguma atenção básica: abrigo, alimentação, vestuário, recreação [...] Na **terceira etapa**, conhecida como integração, quando surgiram serviços públicos e particulares de reabilitação física e profissional (anos 40) e sob a inspiração da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Finalmente, na **quarta etapa**, a inclusão (a partir da década de 90 do século 20) teve suas sementes plantadas pelos movimentos de luta das próprias PcD, esta etapa foi fortalecida pelo lema ‘Participação Plena e Igualdade’.

Como enfatizado na fala da autora, no início dos anos 40 as PcD começaram a ser consideradas pessoas de direitos, tendo atendimentos direcionados a reabilitação e a sua inserção na comunidade. Contudo, foram poucos os indivíduos que tiveram a rara oportunidade de receber tais serviços, e a oportunidade de estudo, algumas eram

matriculadas em escolas convencionais ou admitidas no mercado aberto de trabalho se apresentassem capacidade para o estudo ou para alguma atividade laboral.

Nesta ótica, Spini (2016, p. 29) deixa claro que a partir da década de 90 com a adoção do lema Participação Plena e Igualdade ficou:

“Assegurando o fortalecimento da PcD que teve como grande impacto a bandeira da reabilitação e, a partir da integração, trouxe o conceito de equiparação de oportunidades na defesa da adaptação e adequação, eliminando barreiras do ambiente propiciando a participação em todos os aspectos da sociedade”.

A autora mencionada acima relata ainda que tal fato ficou conhecido como o Modelo Social da Deficiência, e esse modelo para Spini (2016, p. 29) “indica que a dificuldade está na sociedade, na forma de barreiras atitudinais e ambientais, surgindo diversos modelos inclusivos de estrutura”.

Segundo Souza (2016, p. 22) esse avanço no movimento de integração as PcD “junto aos movimentos por direitos humanos foi crescendo com a gradual obrigatoriedade de oportunizar educação às PcD, como resultado da luta de familiares e profissionais preocupados e envolvidos com a educação do indivíduo com deficiência”.

1.2. DIREITOS HUMANOS: CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 (CF/88) E O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-ECA

Sabe-se que em toda a trajetória da existência humana, sempre houve PcD fazendo parte do convívio dos seus respectivos grupos sociais. No entanto, o significado e o valor atribuído à presença destas pessoas, foram moldando-se de acordo com a sociedade.

Após o término da Segunda Grande Guerra Mundial, com a promulgação, pela recém criada Organização das Nações Unidas (ONU), da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual traz no seu texto o seguinte disposto: “todos os homens nascem iguais em dignidade e direitos” e toda pessoa deve ser reconhecida em tal condição por seus Estados Membros”, entre outros princípios, todavia como relatado por Hullen (2018) os direitos sociais no Brasil desenvolveram-se tardiamente, isto principalmente em decorrência da “influência exercida pelas grandes instituições da colônia que formaram um entrave para o seu desenvolvimento, bem como pelo modelo de colonização adotado no país” (p. 216).

E no que tange a promoção da igualdade, a luta por inclusão e por equiparação de direitos se faz constante, Franco & Schutznão (2019) relatam que “não se busca ser ‘especial’, mas, sim, ser cidadão. A condição de ‘portador’ passou a ser questionada pelo movimento por transmitir a ideia de a deficiência ser algo que se porta e, portanto, não faz parte da pessoa” (p. 247).

Todavia, os movimentos eram de certa forma independente, como mencionado por Amorim, Rafante & Caiado (2019) tais iniciativas começaram de forma isolada, partindo dos interesses específicos de cada tipo de deficiência.

De acordo com Barbosa, Fialho & Machado (2018, p. 6):

“O movimento mundial pela inclusão escolar conduziu o debate sobre a Educação Especial ao questionamento dos modelos de normalização de ensino e de aprendizagem, geradores de exclusão nos espaços escolares regulares sob o símbolo da integração instrucional, que instituiu “classes especiais” na rede regular de ensino, notadamente no sistema público”.

Entretanto, mesmo com a mobilização ocorrida em torno dos direitos das PcD foi necessário à promover grandes debates para a efetivação das políticas de inclusão, social e de direitos dessas pessoas, tanto no âmbito de suas organizações próprias, quanto no âmbito dos governos locais e dos organismos internacionais.

Tais mobilizações e debates resultaram na elaboração de vários documentos de caráter signatários, no âmbito das ONU e suas Agências Especializadas: A Declaração Mundial dos Direitos das Pessoas Deficientes; O Programa de Ação Mundial para a Política de Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência; As recomendações e Normas para Igualdade de Oportunidade das Pessoas Portadoras de deficiência; A Declaração de Salamanca, Princípios, Política e prática de Educação Especial; Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Assim, ressaltar-se que a partir de 1988, um conjunto significativo de leis, decretos e portarias passaram a ser estabelecido no Brasil para regulamentar e dar cumprimento às previsões da Constituição Federal (CF/1988). Vale frisar que a CF/1988 foi um marco de grande relevância para a sociedade e, é uma política nacional que acentua os direitos básicos do cidadão, contemplando a promoção da igualdade, isso segundo Brasil (2016) “sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (p. 11).

Como expresso, embora fossem várias as inovações normativas, somente a CF/1988 introduziu mudanças relevantes, que não só trouxeram referência as PcD, mas também conferiu proteção a diversos direitos sociais, como o direito a educação.

Para Brasil (2016, p. 123):

“[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Concernente, Brasil (2016, p. 123) relata que fica estabelecido no Art.206, inciso I, a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino, assim a CF/1988 configurou-se um instrumento de progresso nos direitos das PcD, promovendo maior equidade de condições para todos.

Conforme expresso pela autora Garcez (2017, p. 73):

“Assim, diante do desafio da universalidade, a estratégia centra-se na equidade para acolher diferenças e enfrentar desigualdades, na integralidade entre os diferentes equipamentos sociais (educação, proteção social, esporte, cultura, trabalho, etc.), integrando as informações sobre o diagnóstico e sobre a funcionalidade, para oferecer uma imagem mais ampla e significativa da saúde das pessoas”.

Outro ponto de grande relevância para a ampliação dos direitos das PcD ocorrido na década de 90 foi o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), buscando garantir o respeito e a contemplação das diferenças culturais no processo educacional, isso voltado para o público infanto-juvenil.

O ECA foi um grande avanço para esse público que durante muito tempo foi excluído na sociedade desigual do Brasil, como relatado por Castro & Macedo (2019, p. 127) que:

“Os limites derivados de ausências e fragilidades democráticas, em um país marcado por violações como o Brasil, impactou ao longo da sua história, na exclusão de setores importantes da população, que colocou na margem do Estado e das políticas: crianças, adolescentes e jovens”.

Como mencionado acima, o Brasil historicamente é marcado pela exclusão social, e mesmo que tenha sido implementado leis que visam reduzir as desigualdades, ainda vemos a ineficácia em se fazer cumprir a legislação.

Castro & Macedo (2019, 1220) revelam ainda que o ECA ultrapassou:

“A visão de assistencialismo para a afirmação de direitos, a de delinquência para a de proteção integral. Rompe também a barreira da diferenciação entre as crianças e adolescentes que vivem ou não em situação de vulnerabilidade, para a promoção do desenvolvimento integral”.

Na visão do ECA, tanto a criança quanto o adolescente são considerados sujeitos de direitos, e dentre esses direitos destaca-se a importância de proporcionar meios que a criança venha ter um pleno desenvolvimento: físico, intelectual e social, além é claro do direito a liberdade e dignidade.

Como destacado, todas as crianças e os adolescentes possuem o direito de ser livre, de ter dignidade, para que isso seja garantido, segundo a autora Frick (2016, p. 13) “é dever de todos, mas principalmente dos adultos, velar pelo direito ao respeito, à liberdade e à dignidade de toda criança e adolescente, impedindo que lhes aconteça qualquer forma de violência, entre elas a física, a psíquica e a moral”.

Nesta linha de pensamento, a autora Barbiani (2016, p. 201) realça que “a legislação dá um privilégio legal à população infanto-juvenil devido ao seu valor intrínseco: são cidadãos em desenvolvimento e, dado o seu valor projetivo, são portadores do futuro”.

Tais modificações e implantações de leis direcionadas para a proteção e melhores condições de desenvolvimento desse grupo da população ampliaram o leque de oportunidades principalmente no cumprimento dos direitos básicos. Todavia, não somente a CF/88 e o ECA fazem abordagem as PcD, porém foram de extrema importância para proporcionar maior visibilidade ao público em questão, iniciando assim uma sequência de criação de leis com o objetivo de proporcionar melhor condição de vida para tal público, além de estratégias que visem o seu desenvolvimento intelectual.

1.3. A INCLUSÃO POR MEIO DA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - LDBEN E DA LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO - LBI

A CF/88 e o ECA contribuíram significativamente para a consolidação de novas leis abrangendo as PcD, como foi o caso da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) instituída em dezembro de 1996, e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) instituída em 2015. Tais leis segundo Vieira (2016, p. 21) trouxeram “consigo uma redação desafiadora que acabaria por “jogar por terra”, a paz daqueles que ainda não se “importavam” com as condições da educação das PcD”.

Essa ruptura de paradigmas a respeito do processo educacional constituindo assim um importante instrumento na promoção da igualdade e para a mudança do pensamento que a sociedade tem sobre tal assunto, permitindo abertura para o novo, tanto na prática educativa, quanto na interpretação de seu texto.

É válido enfatizar que segundo a LDB, em seu capítulo V, Artigo 58 “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (Brasil, 2013, p. 33).

A LDB vêm reafirmando os ideias estabelecidos pela CF/88, Vieira (2016, pp. 22-23) com a seguinte afirmação “que estabelecem os direitos de igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, assegurando para isso a existência de currículos, métodos, recursos e serviços especiais, terminalidade específica, professores especializados, educação para o trabalho, entre outros”.

Embora a LDB venha reafirmando os direitos de igualdade, se faz necessário a criação de mais medidas para que o processo de inclusão dos alunos seja mais efetivo, e mediante esta necessidade institui-se em 2015 a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146, Brasil (2016, p. 10) realçar no Art.1º que a Lei é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”.

Para Brasil (2016, p. 15) a referida lei, traz em seu texto, no Art.2 que a PcD é:

“Aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode

obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

A autora Vieira (2016, p. 32) pondera ainda que “a LBI caracteriza-se por uma compilação do resgate devido às PcD para que possam usufruir, tanto quanto possível, de todos os direitos devidos aos demais cidadãos”. E dentre estes direitos, como já mencionado está o acesso e a igualdade de condições para o melhor aproveitamento educacional do aluno, como descrito por Brasil (2016, p. 62) no Art.27:

“A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem”.

Além de destacar a inclusão, para Brasil (2016, p. 63) a lei deixa claro no seu artigo Art.28 que o “planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de AEE, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva”.

Logo, de acordo com a explicação do autor acima fica incumbido ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar, visando o pleno desenvolvimento do aluno.

A permanência escolar é outro ponto que também deve ser analisado, visando desenvolver estratégias que possibilitem o desenvolvimento dos alunos, como menciona Franco & Gomes (2020, p. 195) essa permanência deve ser trabalhada de modo que favoreça o desenvolvimento de todos os alunos, além disso, a escola deve proporcionar “a compreensão das ações educacionais inclusivas para os alunos à margem do processo de ensino e aprendizagem e que não são contemplados como público-alvo da inclusão”.

Como se nota, tais documentos visam garantir o acesso e a permanência dos alunos em sala de aula, todavia para alcançar esses avanços em termos legislativos se fez necessário muita luta social, como enfatizado por Moura & Vasquesos (2018, p. 95) no sentido de que “os direitos atuais são resultantes de inúmeros processos de transformações sociais e subjetivas, os quais apontam para modos de vivermos e nos relacionarmos em determinada sociedade, visando a um bem coletivo, a uma equidade nas relações”.

Diante do é evidente que a garantia do ingresso ao sistema educacional, bem como da permanência do educando na escola não depende unicamente da implementação de leis, e sim da ligação existente em toda a estrutura do processo e ainda de profissionais qualificados para lhe dá com a especificidade de cada aluno.

CAPÍTULO II: ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA

Neste tópico encontram-se ideais de diversos autores relacionadas aos principais programas direcionados à educação especial, com foco na inclusão das PcD, bem como a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para o pleno desenvolvimento do educando.

2.1. O PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA

O processo educacional, principalmente a educação inclusiva é um desafio constante para as famílias e demais pessoas que buscam a igualdade para todos, principalmente igualdade para crianças, jovens e adultos com alguma necessidade especial. De modo geral, a educação busca fomentar nos indivíduos a interação entre os pares, assim como buscam ferramentas conceituais e metodológicas para que as diferenças não sejam fatores de preconceito ou exclusão.

A inclusão no campo educacional envolve um processo de reforma e reestruturação da instituição escolar como um todo, possibilitando a equidade ao ensino, bem como a um ambiente que favoreça o fortalecimento da interação e o enriquecimento da identidade sociocultural. Todavia, é válido frisar também que a escola deve proporcionar a emancipação do educando, visando sempre valorizar as potencialidades e peculiaridade individuais.

Neste caminho, a Secretaria de Educação Especial do MEC (SEESP), em 1998 lançou um documento denominado Parâmetros Curriculares que visa: adaptações curriculares, nas quais estão empregadas também estratégias para educação desse grupo da sociedade. Tal documento constituir-se a partir do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, abarcando assim a identidade da instituição, sua organização e funcionamento, além do papel que desempenha a partir das intenções e expectativas da sociedade e da cultura.

Ressalta-se que essa adaptação no currículo possibilita inclui as experiências vivenciadas pelos alunos, delineadas no âmbito da escola proporcionando o desenvolvimento pleno dos educandos, colaborando Pasqualini (2019, p. 3) diz que o “currículo relaciona-se, assim, ao conteúdo do ato educativo e, como tal, tem sido objeto de

teorização pela pedagogia histórico-crítica desde as primeiras aproximações conceituais ao fenômeno educativo”.

Para uma aprendizagem efetiva dos alunos com deficiência é preciso que o currículo seja trabalhado em conjunto com o cotidiano, ou seja, um currículo homogêneo e universal, nesse contexto Almeida, Magalhães & Gonçalves (2019, p. 1078) relatam que o currículo:

“Não é “aplicado” no cotidiano, ou seja, no contexto local, de forma linear, mas, antes, é também influenciado pelas demandas do contexto local, que, embora não se separem de contextos mais amplos e universais, também produzem currículo a partir das vivências cotidianas”.

O currículo escolar na atualidade é desafiador para a escolarização, principalmente para os estudantes com deficiência, pois a escola inclusiva pressupõe que todos possam aprender e fazer parte da vida escolar e social, valorizando a diversidade, a crença de que as diferenças fortalecem os envolvidos.

Concernentemente Barbosa, Machado & Fialho (2018, p. 18) relatam que educação especial atualmente não se refere somente ao pressuposto escolar, mas sim a valores:

“Ético, normativo e intelectual ampliar a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular, especialmente daqueles grupos sociais historicamente excluídos da escola, como as pessoas com deficiência, através de uma abordagem humanística e democrática, que perceba o sujeito e suas singularidades tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos”.

Todavia, para isso é imperativo desenvolver um currículo inclusivo, precisa-se entendê-lo como um instrumento passível de mudanças, que permita diferentes ações, de acordo com necessidade dos alunos, possibilitando a sistematização de ajustes no modo e tempo de ensinar determinados conteúdos.

Contribuindo com a reflexão acerca do da inclusão das PcD na sociedade e no ambiente escolar a autora Zanatta (2016, p. 22) relata que:

“As escolas que possuem ações pautadas por um raciocínio inclusivo, qualquer que seja a posição ou a função dos sujeitos dentro deste sistema, suas ações são consideradas como parte do processo que norteia o projeto pedagógico e político da escola por que as ações realizadas por qualquer

sujeito estão a favor de um compromisso coletivo onde as reciprocidades, a solidariedade e cooperação são exercidas no cotidiano pode ser compreendida como o que fazemos pelo outro pode nos beneficiar diretamente ou indiretamente”.

Souza (2016) defende que a proposta da educação escolar inclusiva é lançada no Brasil no período em que se consolida a rede de proteção social, formada por associações organizadas em defesa dos direitos das PcD, entendida pela educação como Direito Social que deve ser efetuado por meio de política pública universal, oficializada a partir da CF/88.

Ainda, de acordo com Souza (2016, p. 26) a educação inclusiva no Brasil, apresenta três aspectos relacionados ao discurso da inclusão, considerados como essenciais:

“A organização de associações em defesa dos direitos, formada por pais e profissionais envolvidos com PcD ou das próprias pessoas com deficiência, formando redes de informação e de colaboração que se internacionalizaram formando ligas, congressos entre outros; Mudanças de ações e proposições, relativas às pessoas com deficiência ocorridas pelo mundo; Acordos internacionais – Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Declaração de Jomtien (1990), Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção de Guatemala (1999)”.

Os acordos estabelecidos visam proporcionar o entendimento e reconhecimento do outro como pessoa sem privilégios, compartilhando experiências que possibilitando o desenvolvimento social e educacional do indivíduo. Logo, o desígnio da educação inclusiva é abraçar a todos sem restrição, principalmente os educandos que possuem algum tipo de deficiência.

O conceito de escola inclusiva estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, instituída pela Resolução CEB/CNE Nº 2/2001 implicou uma política institucional que exigiu das escolas a reformulação de seu projeto político pedagógico, a reconstrução de seu currículo, seus métodos de ensino, seu processo de avaliação e suas práticas pedagógicas. Tal resolução explicita que todos esses princípios devem responder ao objetivo de atender à diversidade humana no espaço escolar, por isso, esse documento foi considerado um marco quanto à atenção e à diversidade na educação brasileira. Adiante, em 2008 o MEC, instituiu a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-EI), o que se caracterizou como um grande

avanço para as PcD na luta por uma educação inclusiva e de qualidade, conforme mencionado por Bendinelli (2018) essa política visa à plena aprendizagem do educando na classe comum, por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Em 2009, com embasamento na PNEE-EI, foi homologado o parecer que instituiu as Diretrizes Operacionais para o AEE, conforme o Decreto no 6.571/08 (posteriormente substituído pelo Decreto 7.611/11), reiterando o estabelecido pela política nacional. Dez anos se passaram e um novo caminho está sendo trilhado para a educação especial, contando com diversos recursos direcionados para as ações pedagógicas, segundo o pensamento de Bezerra (2021, p. 16):

“A escola é a única capaz de permitir que, em horário coletivo e conjunto de trabalho, docentes realizem grupos de discussão e estudos de caso de seus alunos, compreendendo as dificuldades e habilidades que eles apresentam, a fim de deflagrar a ação pedagógicas mais adequada, compondo uma prática autoral”.

Sob essa ótica, a reflexão sobre as práticas docentes resulta em melhores contribuem significativamente para o processo de ensino-aprendizagem, como exposto por Barbosa, Fialho & Machado (2018, p 12):

“A reflexão acerca das práticas educacionais especiais, da qual resultaram a compreensão de equiparação de oportunidades de diversos grupos sociais (crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidas ou marginalizadas)”.

Percebe-se, então, que a inclusão é um direito que toda PcD tem, principalmente quando está relacionado ao contexto educacional, exigindo a promoção de estratégias diversificadas de acolhimento dos alunos pelo professor a transformação da escola num ambiente inclusivo, cooperativo e solidário e, acima de tudo, a elaboração de um projeto político pedagógico que considere a diversidade dos alunos, o que implica uma mudança de postura dos profissionais e a construção de uma nova prática educacional.

De modo geral, para Araújo & Ferreira (2019, p. 64) “o professor deve ter um olhar amplo para as questões de aprendizagem, que envolve desde à afetividade, à confiança para

começar a internalizar conceitos, de modo que este transcenda ao conhecimento dimensional do seu mundo”.

Assim, diante dos dispositivos legais que regulamentam o ensino inclusivo, é necessário a admissão de práticas pedagógicas inovadoras, não somente nas salas de aula, proporcionando uma aprendizagem significativa.

2.2. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO-AEE

Como visto anteriormente, a educação especial se constitui como uma estratégia de ensino que transcorre todos os níveis, vindo desde a educação infantil até os demais níveis e modalidades, realizando o AEE para identificação, elaboração e organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade.

Tal atendimento é de direito do aluno ao AEE sempre que for necessário conforme suas particularidades e necessidades, e tal atendimento deverá ser realizado por meio do serviço de apoio especializado, caso o aluno não tenha possibilidade de cursar aulas na classe comum, como descrito por Seno & Capellini (2019, p. 294) “muitas famílias continuaram matriculando seus filhos com comprometimentos mais evidentes nas classes ou escolas especiais, quer seja por opção, quer seja pelas inúmeras barreiras enfrentadas diante das tentativas de ingresso em uma escola de ensino regular”.

Neste sentido, o AEE deve garantir o reconhecimento e atendimento das particularidades de cada aluno com deficiência, como exposto por Souza (2019, p. 15) o atendimento especializado é de suma importância, uma vez que este é direcionado as necessidades do aluno, levando em consideração:

“Ritmo de aprendizagem e suas peculiaridades individuais, de maneira que os alunos possa desenvolver sua autonomia, desprendimento, aprendizagem, facilitando também a aquisição de seus valores, além de favorecer a compreensão de conhecimentos relacionados à aplicação de situações de vida cotidiana, contribuindo assim para o desenvolvimento das potencialidades de cada aluno proporcionando a aquisição de habilidades inter e intrapessoais, contribuindo para que o aluno construa gradualmente os seus conhecimentos, pelos processos de avanços e recuos inerentes ao seu próprio ritmo, evoluindo a cada passo”.

Logo, serviço de apoio são reconhecidos como conquistas fundamentais para a inclusão na educação, tal política assegura a matrícula das PcD na escola comum e estabelece diretrizes para a criação de políticas públicas e práticas pedagógicas voltadas à inclusão escolar, proporcionando a articulação com os docentes da classe comum e fornecer orientação aos familiares, uma vez que segundo Christo & Mendes (2019, p. 34) somente o atendimento “não garante o desenvolvimento e a qualidade da aprendizagem do estudante com deficiência em sala de aula”.

Diante das estratégias pedagógicas e de acessibilidade levantadas nesse documento, fica claro a relevância em relação ao AEE.

Conforme Souza (2019, p. 14) o AEE é uma:

“Modalidade de ensino que veio para ajudar no desenvolvimento escolar e social dos alunos deficientes que estão no processo de ensino aprendizagem nas escolas públicas Municipais/Estaduais assegurados em todas as etapas e modalidades da educação básica, o mesmo é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino e o atendimento deve ser realizado no turno inverso ao da classe regular, na própria escola ou em outra que tenha estrutura e a oferta, assim como em centro especializado que realize esse serviço educacional”.

Portanto o AEE deve ser organizado institucionalmente nas escolas, seja elas públicas ou privadas, com um espaço para a efetivação desse atendimento. Em nenhuma hipótese deve-se confundir o AEE com o reforço escolar nem com o atendimento clínico, nem tão pouco como substituto dos serviços educacionais comuns.

Contudo, para que aconteça efetivamente o AEE as escolas precisam conter um espaço físico adequado, recursos, equipamentos, formação continuada de professores em serviço, integração da educação especial nos PPP. Por meio desse e de outros tipos de atuação, o AEE é introduzindo pouco a pouco nas escolas comuns e redesenhando os seus contornos educacionais, embora não estejam ainda, de fato, envolvidas com a inclusão no ambiente escolar.

CAPÍTULO III: O PAPEL DOS EDUCANDOS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Este capítulo faz uma abordagem sobre as contribuições do professor do AEE e de suas práticas educacionais para o melhor aprendizado do aluno, além de apresentar aspectos sobre os alunos do AEE, e por fim, a participação do coordenador pedagógico no processo de inclusão do educando com deficiência.

3.1. O PROFESSOR DO AEE

Ao pensar no atendimento especializado, é importante deixar claro é necessário que tanto o professor da classe comum quanto o do AEE trabalhem em parceria com a escolarização oferecida pelo ensino regular, considerando as habilidades e as necessidades educacionais específicas dos estudantes.

Todavia, para que o professor do AEE venha trabalhar de forma efetiva é preciso que ele seja capacitado para tal atuação, como apontado por Seno & Capellini (2019, p. 297) o docente da educação especial durante a sua formação inicial e continuada dever construir os:

“Conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar do trabalho nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial”.

Todo esse aporte adquirido com a formação dará ao educador no AEE meio para se reinventar sempre que necessário visando facilitar o processo pedagógico, uma vez que segundo Araújo & Ferreira (2019, p. 66) o professor “transmite o que sabe, de modo que aprende ao ensinar, logo, o conhecimento está em constante processo de construção”). E dentre suas funções estão: observar a realidade do aluno, identificar problemas e criar possibilidades adequadas para a superação dos empecilhos que o impedem de se desenvolver plenamente na escola e na sociedade.

Além do mencionado o educador também tem o seu papel de produzir materiais de apoio ao processo de ensino-aprendizagem, tais como: transcrever, adaptar, confeccionar, ampliar, gravar, de acordo com as necessidades dos alunos.

Concernente, ao professor acompanhar o uso dos materiais em sala de aula e verificar a funcionalidade e aplicabilidade, os efeitos, possibilidades, limites, e distorções do uso na sala de aula, na escola e na casa do aluno, bem como orientar o docente do ensino regular e familiares do aluno a utilizar materiais e recursos, e promover formação continuada, para os professores do ensino comum e para a comunidade escolar em geral, condizendo com Silva, Silvério & Vieira (2021, p. 2) no sentido de que “as práticas pedagógicas inclusivas no contexto escolar demandam sistematização, profissionais qualificados, recursos adaptados e uma organização curricular que atenda às necessidades específicas dos alunos”.

Assim é importante a prática colaborativa entre os professores, como destaca Christo & Mendes (2019), além disso, é válido proporcionar também condições para que o docente venha realizar o seu trabalho: como tempo para o planejamento em conjunto, formações, mudanças nas políticas e práticas escolares.

Entre as atribuições do professor de AEE cabe-lhe uma gama de atividades e conhecimentos muito amplos, e que muitas vezes se torna inviável ter um profissional capaz de realizar plenamente e com eficácia tantas responsabilidades, ainda mais quando estes afazeres ainda necessitam de uma formação específica de acordo com as demandas relativas às diversas deficiências passíveis de atendimento na SRM, além de alunos com TGD e altas habilidade/superdotação.

O professor do AEE deverá conhecer e descrever o contexto educacional ao qual o aluno está inserido, dificuldades e habilidades, para só então dar início ao estudo de caso, sendo através deste, que o professor será capaz de conhecer os aspectos cognitivos, motores e sócio afetivo do aluno e assim construir um perfil do mesmo.

Para tal, o profissional do AEE elabora o Plano Educacional Individualizado (PEI) para desenvolver as atividades educacionais específicas para cada aluno de acordo com as suas necessidades, favorecendo assim a inclusão escolar, como exemplificado por Redigi & Mascaro (2020, p. 150) é válido pontuar que o “PEI deve ser realizada em colaboração com diferentes atores da escola: professores do ensino comum, professores especialistas, familiares e o próprio aluno (quando for possível)”.

Sendo assim, antes da elaboração de um plano voltado para esse público é necessário refletir sobre as atividades pedagógicas direcionadas, atenderão assim às reais necessidades dos alunos.

Como visto, o PEI auxilia o docente no desenvolvimento das atividades promovendo a inclusão dos alunos, Mascaro (2018, p. 15) expõe ainda que “o PEI permite um acompanhamento mais sistemático do desempenho acadêmico desse educando, preferencialmente quando é elaborado e implementado em parceria com o professor do ensino comum”.

Todavia, como relatado por Sonza, Vilaronga & Mendes (2020) o PEI não é de fato exigido em grande parte das escolas, mesmo diante da sua relevância para o acompanhamento e desenvolvimento do público em questão.

De acordo com Mascaro (2018) um PEI é um instrumento para organizar o trabalho pedagógico de professores e especialistas com relação ao processo educacional dos estudantes, promovendo a acessibilidade.

Assim, para Valadão & Mendes (2018, p. 4):

“O PEI quebra a barreira do padrão, auxiliando o currículo oficial, especificando e estruturando o tipo de atividade e apontando qual apoio profissional é conveniente para um estudante portador de necessidade especial, de modo que, com isso, não haja limite, ao contrário, haja estímulo no processo de ensino-aprendizagem”.

Enfim, a legislação nacional prevê a individualização do ensino, adaptações e medidas de apoio como condições para favorecer a inclusão de alunos com deficiências e outras necessidades educacionais especiais no sistema educacional.

Para que o professor do AEE desenvolva esse complexo trabalho de forma eficaz, um dos fatores essenciais é uma formação voltada para educação inclusiva. O Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, aponta a necessidade da formação continuada dos educadores das salas de AEE para atender às necessidades específicas de seus alunos, como, por exemplo, a necessidade do aprendizado da educação bilíngue em situações em que haja estudantes surdos ou com deficiência auditiva ou do ensino do braille para estudantes cegos ou com baixa visão.

Por fim, sob essa ótica o profissional do AEE, deve sempre estar apto para as diversas situações relacionadas a cada especificidade dos estudantes, desta forma é importante que

formação do docente envolva as diversas áreas de conhecimentos de forma integrada e permanente.

3.2. ALUNOS PÚBLICO-ALVO DO AEE

No tópico anterior foram instituídas algumas diretrizes com base na CF/88; na PNEE-EI de janeiro de 2008; no Decreto Legislativo nº 186 de julho de 2008; no Decreto nº 6.571 de 18 de setembro de 2008 e na Resolução CNE/CEB nº 4/2009, todas dispõem sobre alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e superdotação/altas habilidades, não citando os alunos que possuem dificuldade sem causas orgânicas ou específicas; e ratifica de acordo com a LDB a educação especial como modalidade de ensino deve perpassar todos os níveis e etapas da escolarização.

Mediante o exposto nos documentos oficiais, e como descreve Castro & Alves (2018, p. 4):

“O atendimento educacional aos alunos com deficiências, seja ela física ou intelectual, com altas habilidades ou superdotação e com transtornos globais do desenvolvimento passou a acontecer dentro das chamadas escolas comuns ou escolas de ensino regular, ou seja, não havia mais um espaço de escolarização destinado exclusivamente aos alunos com necessidades especiais”.

Neste caso, o AEE surge da concepção de que todos os estudantes devem ter sua escolarização permeada, nas classes do ensino regular, por um atendimento paralelo que supra suas necessidades cognitivas e motoras específicas, assim Castro & Alves (2018) deixam claro que os alunos com necessidades especiais passaram a frequentar o mesmo ambiente educacional, e esses órgãos passaram a atendê-los como a todos os alunos, isso de acordo com as suas especificidades e/ou necessidades.

O ensino, pautado nessa perspectiva, deve centralizar-se numa organização pedagógica que vise o favorecimento da construção de conhecimento pelos alunos, considerando suas especificidades e subsidiando-os para que acompanhem e participem do cotidiano da escola, a autora Brandão (2019, p. 135) relata que não há “uma fórmula mágica para acolher, ensinar e preparar estes alunos, o que tem que existir é preparo teórico, materiais diversos e estar ciente das especificidades de cada um”.

É válido elencar que durante o desenvolvimento da criança, o lúdico é uma excelente forma de comunicação, uma vez que de acordo com a fala de Melo & Melo (2018, p. 149):

“O papel da educação inclusiva vem sendo construído à medida que a comunidade escolar e os demais setores da sociedade se conscientizam que existe a necessidade de abrir espaço para a diversidade respeitando e valorizando o outro, tendo em vista que as pessoas com necessidades especiais são tão importantes como qualquer outra, mas para que isso aconteça faz-se necessário que o professor trabalhe numa perspectiva inclusiva, ensinando as crianças pequenas, a importância do respeito e valorização do próximo”.

Assim sendo, levando em consideração a criança com necessidades especiais, é de responsabilidade do poder público garantir o direito de as crianças se apropriarem do conhecimento historicamente construído pela humanidade nas instituições de educação infantil, colaborando Martim (2019, p. 165) diz que essa concepção de educação se responsabilizar pelas especificidades da criança “e rever princípios no que diz respeito à infância, as relações entre classes sociais, às responsabilidades da sociedade e a função do Estado diante de crianças pequenas”.

Todavia, para rever tais princípios se faz necessário: a elaboração, o planejamento e a execução de propostas pedagógicas e curriculares de qualidade, visando as especificidades do aluno.

3.3 PRÁTICAS DO PROFESSOR EM SALA DE AULA

Com a integração de crianças com deficiência nas classes comuns, houve a necessidade de mudanças de atitudes do professor do ensino comum, segundo Barros, Silva & Costa (2015) essas mudanças de comportamento de forma que contemplem as especificidades dos alunos com PcD. Assim, os docentes passam a ter acréscimo de responsabilidades que advêm da necessidade de dar respostas, em termos educativos, a alunos ditos diferentes, como menciona Schroeider (2019, p. 578) além ter responsabilidade o professor precisa ter o compromisso com o aluno, “dando apoio, não somente nos conteúdos de natureza cognitiva, mas também, para que este se torne um cidadão participativo na sociedade como um todo”.

O professor deve, ainda, procurar conhecer a natureza dos problemas das crianças com deficiência e as implicações que têm no seu percurso educativo, de modo a poder prestar-lhes o apoio apropriado.

Além disso, Cunha & Negreiros (2019, p. 47):

“Os currículos escolares estão organizados não atendem a necessidade de todos, porém, é preciso, além de repensar, criar novas estratégias curriculares, respeitando as particularidades e singularidades da turma, sob a perspectiva da educação inclusiva. Não repensar essas práticas curriculares podem causar prejuízos para o processo de escolarização do estudante”.

Um dos pilares para a construção da inclusão escolar é uma política de formação dos educadores, uma vez que é o momento em que o profissional constrói o seu caráter, colaborando Castro & Alves (2018, p. 5) relatam que identidade que cada docente adquire é individual, ou seja, “não pode ser comparada, rotulada ou padronizada, pois é um sujeito único e dotado de características que não podem ser categorizadas e hierarquizadas”.

A política de formação de professores para inclusão de estudantes com deficiência é preconizada desde a LDB, na qual Brasil (2013) define que os sistemas de ensino devem assegurar professores capacitados para oferecer uma educação de qualidade com currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicos que atendam às necessidades desses educandos. No entanto, anos após a promulgação desta Lei ainda é possível constatar que os professores da escola básica se consideram despreparados para o trabalho com estudantes com deficiência.

Para Sousa (2015) o ambiente escolar dever se adaptar e proporcionar aos alunos a oportunidade de conviver socialmente, sendo assim necessário que a comunidade escolar, principalmente os professores tenham conhecimento sobre a especificidade dos alunos.

Com relação a ausência de conhecimento do professor sobre as particularidades das deficiências, Konkel Andrade & Kosvosk (2015, 5787) relatam que muitos docentes:

“Sustentam que não estão preparados para lidar com este público e em seus relatos, não escondem a baixa expectativa com relação a aprendizagem dos alunos. As dificuldades apresentadas podem decorrer mais da falta de formação e do desconhecimento das necessidades educativas dos alunos com deficiência, do que dos limites do déficit intelectual”.

Outro ponto que também contribui para possíveis dificuldades no processo de educação-aprendizagem é que em muitos casos o professor não tem o real conhecimento do potencial dos alunos, nesse caminho Pimentel (2012, p. 139) diz que alguns docentes “desenvolvem uma visão de que o aluno é incapaz, e acabam por abandoná-lo, não favorecendo situações de interação que possibilitem o avanço cognitivo e o desenvolvimento desse sujeito”.

Dessa maneira, Santos & Lima (2020, p. 65) complementam dizendo que o processo de “inclusão educacional requer professores preparados para atuar na diversidade, compreendendo as diferenças e valorizando as potencialidades de cada estudante de modo que o ensino favoreça a aprendizagem de todos”.

A formação adequada do professor só cria uma imagem de inclusão, enquanto que na verdade Pimentel (2012) relata que o fato do aluno estar matriculado e frequentando a classe regular não significa estar envolvido no processo de aprendizagem daquele grupo. Logo, a garantia do acesso dos alunos à escola regular ou ao AEE por si só não garantir a igualdade em relação ao processo educacional, visto que para isso acontecer é necessário o apoio do docente, e principalmente que este seja devidamente preparado para atender os alunos.

Assim, é preciso repensar o papel das escolas, a atuação do professor e portanto a sua formação, colaborando Castro & Alves (2018, p. 6) isso é necessário para um “novo modelo de Educação que tem como premissa básica incluir e ofertar uma pedagogia comum e ao mesmo tempo válida para todos os educandos, ressaltando os saberes teóricos e práticos oriundos principalmente dos cursos de formação inicial de professores”.

O professor de classe comum deve atuar como facilitador no processo de inclusão, e para tanto, precisa conhecer os elementos necessários para atuação com seu aluno que tem deficiência, a fim de identificar as suas especificidades e seu potencial de desenvolvimento, para, então, poder desenvolver atividades mais eficazes, contribuindo para que esse aluno atinja um nível mais elevado de desenvolvimento e se beneficie do processo de inclusão.

De acordo com Costa (2017, p. 25):

“O papel do educador é intervir nas atividades que o aluno ainda não tem autonomia para desenvolver sozinho, ajudando o estudante a se sentir capaz de realizá-las. É com essa dinâmica que o professor seleciona procedimentos de ensino e de apoio para compartilhar, confrontar e resolver conflitos

cognitivos. Porém, a formação e a aquisição de conhecimentos sobre a educação inclusiva são imprescindíveis para fundamentar a prática pedagógica dos professores”.

Como visto acima, na fala dos autores mencionados, o educador deve organizar as metodologias de ensino, evidenciando a construção coletiva, com base nas necessidades dos alunos, levando em consideração os diferentes estilos, promovendo assim, a inclusão de todos os alunos.

Conforme Alaminos (2018, p. 52):

“O educador deverá considerar no planejamento tempo e estratégias para conhecer seus alunos, em especial aqueles que poderão requerer apoios específicos. Para fornecer boa compreensão sobre os alunos e suas condições de aprendizagem, a observação precisa utilizar diferentes estratégias e ser feita em diversos momentos da aula. Os critérios de observação devem ser selecionados com base no currículo e nas habilidades que o professor considerou no planejamento”.

O Decreto nº 7.611/11 determina que os professores do ensino regular e os professores do AEE devem se unir com o intuito de garantir a acessibilidade ao currículo e um ensino que proporcione aprendizagem e participação de todos. Todavia, muitas vezes não há comunicação entre o docente da classe comum com o professor da educação especial, Souza & Damázio (2019) relatam ainda que as ações segregadas entre os docentes não permitiu que a educação inclusiva aconteça de fato, sendo que muitos dos entraves se encontram na sala de aula comum, tanto metodológicos e pedagógicos quanto atitudinais.

Concernente é importante à parceria entre os professores de SRM e os professores de sala regular para que seja mais efetivo e produtivo o desenvolvimento dos alunos atendidos pelo AEE e há necessidade de se compreender a forma como essa relação vem sendo estabelecida, colaborando Souza & Damázio (2019) ponderam que professor que atuar na educação especial necessita desenvolver suas ações na perspectiva inclusiva, tendo um olhar diferenciado para esses sujeitos, que possuem inúmeras possibilidades.

Contudo, a construção de metodologias pedagógicas inclusivas nem sempre ocorre, e uma das principais justificativas é a falta de diálogo, justificada pela falta de tempo e de apoio da gestão escolar e de conhecimento, a pesquisa realizada por Castro & Alves (2018, p. 8) aponta como justificativa:

“Não se sentirem preparados para trabalhar com alunos com necessidades educacionais específicas e enfrentar os dilemas da Educação. Enfatizam que a sua formação apresenta diversas lacunas que os tornam ineficientes. Currículos fragmentados, disciplinaridade e a dicotomia teoria prática reforçam a fragilidade dos cursos de formação inicial”.

Além disso, a falta de compreensão dos professores do ensino comum sobre o trabalho a ser desenvolvido pelo professor de AEE e um plano de atendimento que contemple o apoio ao professor, com observações em sala de aulas e momentos de trocas para sugestões, tem dificultado a construção de práticas pedagógicas inclusivas.

Nesse contexto, entende-se que tal pedagogia se refere a um ensino diferenciado que permita o acesso à aprendizagem por meio de recursos e métodos diferenciados e adequados, permitindo equidade de ações no espaço escolar para que todos usufruam o direito à educação, independentemente de suas especificidades, mediante isso Castro & Alves (2018) esclarecem ainda que as escolas devem no PPP meios que possibilitem o desenvolvimento de avaliações, metodologias que valorizem um planejamento flexível e que trabalhe as diferentes possibilidades de aprendizagem dos seus alunos.

Contudo, para que a inclusão seja efetiva é necessário proporcionar meios para a participação do aluno com deficiência, oferecendo elementos para que ele possa interagir plenamente nas atividades escolares, bem como condições para a construção de conhecimentos.

Essas condições apontam para uma maneira flexível de intervenção pedagógica com o objetivo de conduzir para as diferentes formas de aprender, ensinar e enriquecer o processo educacional no contexto da diversidade. A inclusão requisita de um espaço escolar que se preocupe com a diversidade dos estilos e ritmos de aprendizagem dos seus alunos, e que tenha atenção aos motivos específicos ou externos que impedem determinados alunos de aprender.

Tornar a sala de aula inclusiva é assim um desafio importante para alcançar uma educação acessível para todos. Portanto o professor da classe comum, juntamente com o professor do AEE devem se dispor a propor estratégias que explore as diferentes formas de aprender tanto dos alunos com deficiência, quanto dos outros alunos que têm dificuldades de aprendizagem.

3.4. O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO

Percebe-se hoje com grande preocupação que incluir PcD em todos os níveis do ensino regular, perpassa antes de mais nada, pela necessidade de adequar o ambiente, bem como, com a formação dos profissionais da educação que compõe este espaço e que estarão os atendendo estas pessoas. O meio escolar em que o aluno está inserido pode contribuir, ou não, para o seu desenvolvimento. Visto que, se o aluno não está participando junto com os demais colegas das atividades e aprendendo, não se tem uma educação inclusiva de fato.

Diante de tal cenário de inclusão se faz necessário a figura de um coordenador pedagógico que venha articular entre as diversas dimensões do setor educacional, tomando medidas que eliminem os obstáculos vivenciados pelos educandos na escola e que contribuam para a organização de uma escola de fato inclusiva e que respeite as diferenças e a diversidade, como destacado por Costa & Ramos (2015) esse profissional deve agir pensando tanto na dimensão administrativa quanto na pedagógica da escola.

E para que isso aconteça é essencial a presença efetiva do coordenador pedagógico, primeiramente, que este, tenha consciência da importância do seu papel e de suas funções na escola, aja visto que Costa & Ramos (2015) ratificam a importância do papel do coordenador pedagógico no processo de articulação entre os vários segmentos da escola fazendo assim uma ponte entre aluno-professor-gestão-familiares.

Essa visão do coordenador pedagógico com articulador se dá principalmente pelo fato de ele considerado o profissional que possibilita o acesso tanto dos professores quanto dos alunos e de seus familiares as políticas, projetos e estratégias de ensino-aprendizagem que beneficiem a todo o público escolar, contribuindo assim para a transformação estrutural da sociedade, colaborando Costa & Ramos (2015, p. 121) ponderam que “a coordenação pedagógica um elemento imprescindível na sua função de atuar junto aos diversos segmentos da comunidade escolar em geral e de especificamente apoiar o professor em particular”.

Todavia, para que coordenador pedagógico atue de maneira eficaz, é imprescindível formar profissionais que conheçam o ambiente e a realidade social de onde irão atuar, para obterem de uma prática coerente e satisfatória, instrumentação técnica que lhes permita agir de maneira eficaz.

Contudo, atualmente é comum observar que em muitos casos os coordenadores pedagógicos assumem papéis distintos e meramente burocráticos nas escolas, estando ali para resolver os problemas do cotidiano, baseando-se a grosso modo no senso comum, para

Vieira, Souza, Alves & Oliveira (2018) “isso demonstra que ainda há uma lacuna na formação continuada de coordenadores pedagógicos atuantes nessa etapa educacional” (p. 478), logo é preciso rever a função do coordenador pedagógico para acompanhar o processo de mudanças que ocorrem no contexto social. Pois somente com uma gestão devidamente capacitada é possível ter uma escola inclusiva, com um processo de ensino-aprendizagem que atenda realmente as necessidades de todos os alunos, principalmente daqueles que tem deficiência e que respeite as diferenças e as diversidades de todos.

Nesse contexto é necessário uma coordenação pedagógica atuante e participativa que realize um trabalho coletivo, proporcionando momentos para a reflexão com todos os membros que fazem parte da comunidade escolar e do processo de inclusão, eliminando as dificuldades e inserindo novas estratégias.

Logo, observar-se que coordenador pedagógico possui uma duplicidade de função, como destacado por Santanna (2015, p. 60) esse profissional é:

“[...] estimulado pelos problemas cotidianos e ordens de cunho administrativo e burocrático advindo dos órgãos e secretarias da educação, comprometem grande parte do seu tempo e, com disso, as questões pedagógicas e o próprio diálogo com os demais membros da comunidade escolar ficam de lado”.

Com base em suas funções e competências o coordenador pedagógico deve elaborar estratégias para aproximar e inserir os pais na escola, atraindo o seu interesse, não só pela vida escolar de seus filhos, mas, também, para outros aspectos de vida familiar, comunitária, social e inclusiva que trará possibilidades exitosas para os alunos.

Costa e Ramos (2015, p. 121) dizem ainda que essa relação é o que de fato caracteriza-se como “uma gestão e participação pedagógica de caráter democrático, compreendem que tal gestão fundamenta-se no trabalho coletivo, no diálogo, na avaliação formativa, tendo a reflexão cotidiana como elemento privilegiado de definição e revisão de percursos”.

Assim fica evidente que atuação do coordenador pedagógico está no centro das questões relacionadas ao ambiente escolar, e deve, portanto integrar todos os indivíduos que fazem parte do processo, como destacado por Moura, Gomes, Barreto & Soares (2018) o coordenador pedagógico deve unificar o corpo docente, os alunos, a direção da escola, os pais ou responsáveis dos alunos, visando uma escola para todos.

CAPÍTULO IV: A INSTITUIÇÃO FAMILIAR E A RELAÇÃO COM A ESCOLA

O presente capítulo traz uma abordagem acerca da instituição familiar, em especial a família que tem aluno com deficiência, focando na importância do grupo familiar no desenvolvimento da criança. Traz um enfoque sobre a relação da família com o ambiente escolar, as possíveis contribuições da família na inclusão do aluno com deficiência, no desenvolvimento educacional, assim como o contexto da Escola Estadual São Lázaro.

4.1. O PAPEL DA FAMÍLIA

Sabe-se que a família, é há muito tempo na sociedade, a primeira instituição da qual a criança faz parte e que tem como incumbência promover o bem estar e a formação do indivíduo, dando início a sua socialização, para André & Barboza (2018, p. 3) “é por meio das relações que a criança estabelece com a família que ele aprende valores morais, culturais e crenças, portanto, tem um grande valor e impacto na formação da criança”..

De acordo com o autor acima mencionado, a família possui diversos papéis a serem desempenhados pelos indivíduos que a compõe, e são justamente essas ações que são responsáveis pela formação dos novos membros. Dessa forma, a família é vista como um sistema social responsável pela transmissão de valores, crenças, ideias e significados que estão presentes nas sociedades.

Para Caiola (2017) a família tem a função social de proporcionar a conquista de diferentes status, como o étnico, o nacional, o político, o educacional, dentre outros. Por meio disso, compreende-se que a família evidentemente é o primeiro âmbito de contato que o indivíduo possui, para assim, perceber o mundo e socializar-se.

Toda família tem o seu próprio modo de funcionar, portanto nenhum modelo ou constituição familiar é melhor do que o outro, e as relações entre os familiares promovem cuidados básicos aos seus membros.

Em relação ao grupo familiar, Lazzaretti (2017, p. 3) explica que:

“Os filhos (a) interagem a maior parte do tempo com os pais, porém, existem outras pessoas que desempenham um importante papel no desenvolvimento global da mesma, como: a família, os irmãos, os colegas, entre outros. Para,

além disto, as mudanças que ocorrem no contexto da vida da criança com ou sem deficiência, podem vir a produzir fortes influências no seu desenvolvimento”.

A contribuição da família vai muito além do ensinar, pois no convívio familiar formam-se indivíduos afetuosos, conscientes, tolerantes, pacientes, respeitosos, autoconfiantes, ou seja, a família é o alicerce da formação psíquica e física da criança na sociedade.

Logo a família representa o alicerce para que o indivíduo construa uma boa estrutura social, pois é dentro do espaço familiar que a criança determina os primeiros relacionamentos, que depois abrangerá a escola e por fim a sociedade, há autores como Araújo & Ferreira (2019, p. 65) que relatam que “se o aluno tem baixa aprendizagem e nenhum problema biológico, é nítido que o problema não é o aluno e sim a família, que não oferece nenhum estímulo ou estrutura psicológica”.

Por isso, a participação da família na vida da criança é de suma importância, é ela que servirá de modelo de relacionamentos para que, mais tarde, ela se relacione com outras pessoas. A família é uma fonte de proteção, apoio e pertencimento aos indivíduos. Embora a influência da família se modifique no decorrer dos anos de desenvolvimento de uma pessoa, o seu acompanhamento e apoio são fundamentais em diversas situações, principalmente naquelas onde ocorrem crises e dificuldades, seja na área financeira, na saúde, no processo educacional ou de aprendizagem em geral.

4.2. A FAMÍLIA E O FILHO COM DEFICIÊNCIA

Uma família que descobre uma deficiência em um dos seus filhos sofre um momento ímpar de crise e conflito. Muitos sentimentos podem surgir diante dessa situação: choque, revolta, raiva desconforto, angústia, medo, culpa, vergonha, propiciando uma desestruturação familiar. Tais sentimentos são muitos comuns e não devem ser entendidos como incorretos nesse primeiro momento.

Apesar dessas fases e sentimentos que os familiares vivenciam, no decorrer dos dias eles vão se adaptando à situação e percebendo que não são completamente impotentes e que ainda há muitas coisas a serem feitas para que seu filho com deficiência desenvolva seus potenciais. Embora as famílias possuam suas próprias características internas, ao passar pela

fase da adaptação, suas reações emocionais, levando em consideração que o emocional pode vir a ocasionar diversos transtornos como o estresse e depressão.

Diante deste fato, Fonseca (2016, p. 369) relata que:

“Tais processos emocionais transientes são mais importantes nos processos iniciais e intermediários da aprendizagem, por serem mais dependentes das interações com os seres experientes, logo de coemoções empáticas e compartilhadas, e requintam-se e aprofundam-se nos seus processos finais, por serem mais independentes, autônomos e auto-organizados nos seres aprendentes”.

Mediante ao exposto, fica claro que o emocional da criança tem influencia diretamente no processo educacional, visto que quando as emoções estão em atrito o psicológico também é abalado.

Fonseca (2016, 373) ainda que:

“A aprendizagem eficiente e com sucesso incorpora as emoções nas funções cognitivas da aprendizagem, seja a atenção, a análise perceptiva, a tomada de decisão, a regulação executiva, a memória ou a planificação de respostas motoras adaptativas, só com essa integração neurofuncional a aquisição de conhecimento pode ser construída”.

Portanto, compreende-se que essas fases são um processo de desconstrução e reconstrução da realidade, no qual os familiares terão que encontrar maneiras de se adaptarem, e transformar a dificuldade da deficiência em um desafio a ser compreendido e superado.

Segundo Caiola (2017, p. 23):

“O impacto que a deficiência causa na família é muito amplo, uma vez que nem todos somos iguais e conseqüentemente esse mesmo impacto vai variar de pessoa para pessoa, e muito certamente acatar consigo diversas dificuldades para o agregado familiar, nomeadamente na sua organização e nas suas dinâmicas, uma vez que a família precisará se adaptar à situação diferente, pois esta situação vai ainda influenciar a dinâmica no seu relacionamento”.

O modo como cada família irá superar esse contexto, dependerá de características individuais e de como este grupo familiar se relaciona entre si e com o mundo, ou seja, o processo de elaboração e aceitação da deficiência por parte da família está diretamente associado ao mesmo processo por parte da pessoa com deficiência.

Quando a família está integrada com a escola, é possível melhorar o rendimento escolar, Araújo & Ferreira (2019) afirmam que com essa relação se houver algum problema de ordem biológica, a escola tem mais acesso para relatar a dificuldade de modo a trabalhar com outros profissionais que possam ajudar, tais como: assistentes sociais, médicos, fonoaudiólogos, psicopedagogos, etc.

Portanto, os familiares devem recorrer a recursos especializados; incentivar seus filhos, diante da necessidade de se preparar para a vida.

4.3 A FAMÍLIA E A INCLUSÃO ESCOLAR

A família é uma instituição privilegiada da educação, pois nela começa a existência do homem e nela reside o meio natural e mais adequado para o indivíduo se promover como pessoa.

De acordo com Muniz, Muniz & Viana (2018, p. 185):

“[...] a família, principalmente aquela detentora de um de seus membros com deficiência, ainda precisa ter consciência de que a Educação é um direito de todo cidadão, e de que, por isso, é sua responsabilidade matricular o filho na escola, para que este não tenha seus direitos violados”.

Mesmo a criança tendo os seus direitos garantidos em lei, ainda se observar casos em que não há a efetividade na prática, como relatado por Silva, Moreira, Oliveira, Silva & Carvalho (2018, p. 216) “em algumas ocasiões, algumas delas não conseguem de fato permanecer na escola, por que são compreendidas de uma forma inadequada, por apresentarem dificuldades de aprendizagem ou, até mesmo, algum tipo de distúrbio ou transtorno mais grave”.

O papel que a família desempenha na educação de crianças com deficiência não difere, de forma muito significativa, da educação dada às outras crianças. Contudo, a participação e a colaboração dos pais no processo educacional dos alunos com deficiência é

um fator imprescindível para o seu desenvolvimento, principalmente quando ela começa a frequentar a escola.

Nesta perspectiva, para Silva et al. (2018, p. 217) a inclusão não se limita apenas em ajudar os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem na escola, pelo contrário:

“[...] promove a inclusão de crianças com deficiências diversas, transtornos e demais bloqueios, incentiva e apoia os professores, funcionários e pais para que se obtenha sucesso na corrente educativa geral, por meio da luta pelos direitos a educação inclusiva de todos que dela precisam”.

Assim, a família deve acompanhar e sentir-se parte integrante do processo de inclusão da PcD, visto que “o processo de inclusão deve ser pensado por todos aqueles que trabalham de forma direta e indireta com a pessoa com deficiência, pois nossa compreensão de inclusão vai além da escola e se alastra por toda a sociedade” (Silva, 2015, p. 23).

Os pais das crianças com deficiência encontram grandes obstáculos na educação de seus filhos, e a participação da família, neste processo, é o que determinará o desenvolvimento educacional desses indivíduos. É muito comum os pais se sentirem ansiosos, inseguros e preocupados nesse momento. A entrada no espaço escolar sensibiliza e aumenta a ansiedade da família, pois todos passam a vivenciar novas situações.

É fundamental que a família saiba que o seu filho com deficiência tem os mesmos direitos educacionais de todas as outras crianças, como está previsto nas leis da inclusão escolar. Ou seja, a criança com deficiência tem o direito de frequentar os espaços escolares comuns a todos e os pais devem exigir esse direito, fazendo com que isso se torne uma realidade.

Os autores Paula, Lezana, Zonta, Santos, & Seleme (2015, p. 135) salientam que quando se refere “à educação das crianças, de modo geral, em especial àquelas com necessidades educacionais especiais, é de suma importância que a escola busque promover a colaboração dos pais”. Mas, embora todos estejam de acordo quanto à importância da participação dos pais é, no entanto, preciso delimitar quais as possibilidades de intervenção dos pais, quais os seus direitos e quais os aspectos educacionais em que pode haver uma margem ampla de colaboração.

No que se refere à participação dos pais, estes podem colaborar oferecendo informação pormenorizada sobre o seu filho através de dados resultantes da avaliação pessoal e disponibilizando dados provenientes de relatórios clínicos, psicológicos ou

pedagógicos e participando na avaliação com educadores ou professores dos progressos verificados.

Neste sentido, visando o desenvolvimento do aluno, a autora Silva (2015, p. 20) expõe que:

“A família deve ter um papel ativo na educação da criança, participando de forma positiva e adequada em todas as etapas do seu desenvolvimento. Para que essa educação se efetive com êxito deve ser exercida em interação com outros agentes educativos que possam contribuir para esse processo educativo”.

No âmbito da programação e planificação é fundamental a colaboração dos pais, porque estes podem informar a escola sobre as características do contexto familiar de modo que possam ser contempladas no processo educativo.

Assim, os pais colaboram no processo de planejamento e de programação educativa, informando a escola sobre os recursos do meio em que a criança vive e que podem ser úteis para o seu processo educativo.

Ainda no que se refere à participação do grupo familiar, de acordo André & Barboza (2018, p. 2) além de trabalhar o desenvolvimento da criança “a família deve saber que ela também desempenha um importante papel para a evolução da criança, visto que, valores morais, desenvolvimento do lado afetivo e estimulação do cognitivo também é papel familiar, apesar de também ser trabalhado na escola”.

Concernente à educação das crianças, sobretudo das crianças com deficiência, é fundamental, portanto, que a escola promova a colaboração dos pais, como destacado por Silva et al. (2018, p. 215):

“[...] a participação e o apoio da família durante as fases da aprendizagem, vendo os pais como personagens principais na aquisição dos primeiros conhecimentos, pois, ao contrário do que muitos pensam, não é na escola que o desenvolvimento se inicia; é dever da família começar a ensinar e educar a criança para que depois, ela possa aprimorá-los em uma instituição de ensino”.

Nesse sentido, entende-se que a participação da família é essencial nesse momento de inclusão na vida da criança com deficiência, pois ela precisará de apoio, desde o diagnóstico até as formas de tratamento e intervenção clínico e pedagógico.

A instituição familiar, assim como a escola possuem extrema importância no processo de desenvolvimento e formação dos indivíduos, é a primeira instituição mediadora no processo de desenvolvimento do ser humano, “sendo responsável por mediar os padrões, as normas, os princípios, modelos a serem seguidos, a cultura, entre outros” (Santos, 2020, p. 18).

Mediante esse contato a criança aprende a respeitar, partilhar, ter compromisso, disciplina, a administrar conflitos e a interagir com o mundo ao seu redor, assim “são inseridos no indivíduo os valores culturais como crenças, comportamentos e modo de compreender o mundo, os quais os levarão a entender, quais são as suas responsabilidades como cidadão” (Santos, 2020, p. 11).

Concernente, a família em parceria com a escola contribuem para a construção e transmissão do conhecimento culturalmente organizado auxiliando para o avanço da aprendizagem das crianças (Zoadelli, 2018, p. 11).

Sendo assim, tal relação entre família e escola é essencial no processo de formação da criança, nos seguintes aspectos destacados por Santos (2020) que são tanto no:

“[...] êxito do processo educacional como o da não apropriação do aprendizado, neste sentido, a família e a escola são peças fundamentais quando o tema é desenvolver ações que estimulem, incentivem e ajudem no crescimento e no desenvolvimento do aluno. É muito importante que haja um diálogo entre a família e a escola para facilitar o processo de aprendizagem do aluno”.

Neste contexto, de acordo com Rodrigues (2018, p. 7) “a família passa a ser entendida como extensão do processo de ensino e aprendizagem, e, por isso, ganha importância na compreensão do êxito escolar”.

Nessa linha de pensamento, Santos (2020, p. 11):

“A família desempenha, portanto, um papel importante na formação do ser humano, visto que é o primeiro modelo a ser seguido na aquisição de valores e construção de conhecimentos que nortearão as interações sociais de seus filhos/as. [...] parceria entre família e escola é fundamental nos processos de formação da criança, tanto em torno do êxito no processo educacional como o da não apropriação do aprendizado, neste sentido, é necessário destacar a

importância da escola criar oportunidades para que a família tenha uma participação efetiva na vida escolar dos seus filhos”.

Conforme André & Barboza (2018) a família desempenha um importante papel para a evolução da criança, uma vez que os valores morais, além disso a família igualmente tem dever de trabalhar o desenvolvimento afetivo e estimulação do cognitivo da criança, funções essas que também são desempenhada na escola.

Além do mencionado, os autores reforçam que o processo de desenvolvimento da criança não responsabilidade tão somente da escola ou da família, pelo contrário “esse processo de humanização do indivíduo só obtém um resultado produtivo quando ambas as partes cooperam para o desenvolvimento da criança como um todo” (André & Barboza, 2018, p. 10).

A autora Oliveira (2018, p. 14) relata que o grupo familiar e a escola devem estar em uma relação de sintonia, onde:

“[...] a família e a escola possuem uma grande tarefa, pois nelas é que se formam os primeiros grupos sociais de uma criança. Entretanto, a escola deve sempre envolver a família dos educandos em atividades escolares, não só para falar dos problemas que envolvem a família atualmente, mas para ouvi-los e tentar engajá-los em algum movimento realizado pela escola como: projetos, festas, desfiles escolares, entre outros”.

Percebe-se que neste espaço que a criança aprende a lidar com normas e regras sociais, fatores que contribuem para o crescimento psicológico, potencializando desenvolvimento de conhecimentos sobre diferentes aspectos da vida e aprendizados sobre como fazer escolhas adequadas às distintas situações do cotidiano.

Para Correia, Moraes, Dantas & Araújo (2018) a escola também contribui para o desenvolvimento da criança, a qual tem a função de transmitir os conhecimentos científicos e outros acumulados ao longo da história da humanidade de forma sistematizada, porém segundo a escola não pode pautar-se em transmitir conhecimentos, mas, por meio de um espaço de discussão e análise crítica dos conteúdos, em possibilitar que os alunos ativamente construam conhecimentos.

Logo, a escola deve primar por um planejamento do ensino vinculado à realidade social dos alunos, contribuindo assim para a contribuição do conhecimento de forma significativa.

Correia et al. (2018) e colaboradores reiteram que:

[...] o planejamento de ensino não pode ser um processo desvinculado da realidade social, cultural dos alunos, assim como não é e nem pode ser um documento neutro, mecânico e burocrático [...]; ao contrário, o planejamento de ensino deve contribuir para a construção de uma prática pedagógica política, produtiva e transformadora (p. 138).

Como visto, o contexto social deve fazer parte do planejamento escolar, visto que isso favorecer a aprendizagem significativa, valorizando assim o conhecimento que o aluno traz de casa, como menciona Correia et al. (2018) e colaboradores a família é de grande importância na transmissão cultural e social que é feita pela família ao indivíduo, preparando-o para o exercício da cidadania.

Diante do exposto fica evidente a importância e responsabilidade que o grupo familiar possui no desenvolvimento da criança, pois é o momento de formação, tanto educacional quanto emocional, para Costa, Silva & Souza (2019, p. 2) ambos são “completamente necessária para o desenvolvimento integral do aluno, ou seja, a participação da família na escola e a sensibilidade da escola para perceber, analisar e receber as demandas familiares”. Nesta perspectiva, tanto a escola como a família são responsáveis pelo pleno desenvolvimento da criança.

As crianças com deficiência devem ser integradas no ensino regular, pois a escola é um meio privilegiado de contato, de abertura das crianças umas às outras, de um convívio saudável e imprescindível na formação global de qualquer indivíduo. Assim, é importante e necessário que o aluno com deficiência participe em todas as atividades escolares com a ajuda de materiais e estratégias adequadas à sua condição, para que se anulem ou minimizem as suas dificuldades, Silva, Kraeski & Trichês (2013) destacam que na perspectiva de contribuir significativamente para o desenvolvimento dos alunos a escola deve obrigatoriamente favorecer a inserção do cotidiano na educação escolar do aluno, de modo que venha propiciar o desenvolvimento de capacidades, favorecendo melhor compreensão e a interação com os fenômenos sociais e culturais, possibilitando assim aos alunos usufruir melhor do processo de ensino aprendizagem.

Como reforçado por Paula & Peixoto (2019, p. 37) em sala de aula o professor da educação infantil não deve só inserir o aluno naquele meio social, mas:

“[...] mediar o desenvolvimento cognitivo, intelectual e social dessa criança, promovendo uma interação dentro da sua sala de aula para que o mesmo possa sentir-se envolvido neste ambiente, como também, adequando a sala de maneira organizada para melhor recebe-lo. Sabe-se que o ambiente adequado irá amparar o professor para acompanhar melhor seu aluno, proporcionando-lhe maior conforto e comodidade”.

Sendo uma instituição social com o propósito explicitamente educativo, a escola tem o compromisso de intervir efetivamente para promover o desenvolvimento e a socialização dos seus alunos. E isso terá efeito mais significativo, eficaz e imediato se o trabalho desenvolvido por esta tiver como parceira a família do educando.

Oliveira (2018, p. 11) aponta ainda que:

“A família e a escola possuem atribuições específicas, porém, visando melhorar a qualidade do ensino e a formação integral do aluno, é necessário que haja interação entre as duas instituições educativas, desenvolvendo ações para promover melhor ensino-aprendizagem. A partir do professor, a família poderá acompanhar o desenvolvimento de seus filho”.

Portanto, nessa perspectiva, de que a escola e a família são atores de uma mesma realidade, com objetivos que se assemelham e se complementam, torna-se fundamental a colaboração e o entendimento entre ambas, visto que a família ajuda a identificar os problemas e dificuldades do aluno.

Todavia, Oliveira (2018) relata que tanto a escola quanto a família precisam saber da importância dessa interação, e o professor representar o principal elemento responsáveis por essa relação, por serem profissionais da educação e elementos principais do processo de aprendizagem.

4.4 CONTEXTO DA ESCOLA ESTADUAL SÃO LÁZARO

A escola, como instituição responsável pela sistematização do saber e da organização do conhecimento, tem um papel de aproximar a comunidade do convívio escolar numa tentativa de reestruturar a família e o interesse dos pais pelo futuro de seu filho, de oferecer oportunidades de acesso à cultura, à tecnologia, à informação, de oportunizar a reflexão de

questões relativas ao respeito ao próximo, suas culturas, etnias e orientação sexual, à preservação do meio ambiente, ao desenvolvimento sustentável, entre vários outros temas.

Para Oliveira (2018, p. 14) o ambiente escolar:

[...] constitui-se em instituição social importante na busca de mecanismos que favoreça um trabalho avançado em favor de uma atuação que mobilize os integrantes tanto da escola, quanto da família, em direção a uma maior capacidade de dar respostas aos desafios que impõem a essa sociedade”.

Portanto, a escola como instituição busca por meio do ensino, que os alunos possam assumir a responsabilidade, a valorização, a formação ética individual e coletiva na sociedade.

A escola Estadual São Lázaro, de CNPJ: 00.908.403/0001-33, INEP: 16002199, está situada no bairro de São Lázaro, na avenida José Alves Pessoa, Cep: 68.908-480, no Município de Macapá, no Estado do Amapá. Ela foi criada em 1994 com a implantação do Ensino Fundamental I e II. No ano de 2014 foram encerradas as atividades do Ensino Fundamental II. A partir do ano de 2015, até aos dias de hoje, passou a atender somente os alunos do ensino Fundamental I.

A escola funciona em dois turnos, atendendo o segmento do Ensino Fundamental I, dentro dos padrões previstos no Regimento escolar da secretaria de Educação do Estado do Amapá. A direção da escola está a cargo da Prof^a Caroline Cardoso de Souza, sendo o diretor adjunto o Prof^o Jó Machado dos Santos. O quantitativo total de alunos da referida escola é de 446 alunos, sendo 18 turmas de 1º ao 5º ano. Os horários das aulas são assim distribuídos, de acordo com o turno: de 07:30h até 11:50h, turno matutino, das 13:10h até as 17:30h, turno vespertino. Além das salas de aulas, tem como ambientes: a biblioteca, o laboratório de informática (LIED), a sala de leitura, a TV escola e a sala multifuncional (AEE). Recebe recursos financeiros a partir do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAC e do Programa Escola Melhor/PROEM. O corpo docente é permanente e qualificado, com profissionais graduados e especialistas.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual São Lázaro foi regulamentado e aprovado, junto ao Conselho Estadual de Educação – CEE/AP no ano de 2019, assegurando uma pedagogia progressiva, exercendo a tendência crítico-social dos conteúdos, priorizando uma educação qualitativa, ajudando a construir a história dos educandos e contribuindo para com a comunidade da qual faz parte.

A partir dos projetos sociais e socioambientais que proporcionam o desenvolvimento e a cooperação, a escola São Lázaro apresenta as seguintes metas dentro do seu PPP: ampliar a participação dos pais nos projetos e eventos da escola, bem como na vida escolar dos filhos; acompanhar e avaliar as ações do decorrer do ano letivo; criar de canais de comunicação entre a escola e a comunidade; quantificar o número de alunos não alfabetizados; apoiar ações de enfrentamento à discriminação, ao preconceito e à violência, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional dos educandos com deficiência; elevar o IDEB da escola; capacitar professores e técnicos na dinâmica do planejamento curricular e interdisciplinar; executar as novas mídias educacionais.

Os trabalhos desenvolvidos na escola Estadual São Lázaro tem a sua essência a partir da função social, com o intuito de formar cidadãos críticos, reflexivos, autônomos, conscientes de seus direitos e deveres, capazes de compreender a realidade em que vivem preparados para participar da vida econômica, social e política do país e aptos a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa. A função básica da escola é garantir a aprendizagem de conhecimentos, habilidades e valores necessários à socialização do indivíduo.

SEGUNDA PARTE

CAPÍTULO V: METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

Este capítulo apresenta, detalhadamente, a metodologia da investigação, o método e o enfoque da pesquisa, assim como as técnicas e os procedimentos apropriados para a realização deste estudo científico. Sendo assim, se faz necessário que o investigador utilize metodologias apropriadas para cada tipo de pesquisa para poder responder aos questionamentos levantados em seu estudo. Segundo Campoy (2019, p. 39):

Cuando se habla de investigación para dar respuesta a unas preguntas, a un problema, se está refiriendo a que ésta se encuadra dentro de un enfoque filosófico; que utiliza procedimientos, métodos y técnicas que han pasado por el control de validez y fiabilidad, y que está diseñada desde un planteamiento lo más objetiva posible.

5.1 OBJETIVOS DA PESQUISA

Os objetivos da pesquisa têm a finalidade de buscar, esclarecer e descobrir o quê o pesquisador pretende desenvolver, desde a fundamentação teórica até aos resultados a serem alcançados. De acordo com Campoy (2019), os objetivos tem uma função orientadora, uma vez que direcionam toda a trajetória da pesquisa. Sendo assim, os objetivos são as etapas que se constituem nas metas a serem alcançadas no desenvolvimento da pesquisa, aprofundando significativamente o conhecimento.

Objetivo geral

Analisar a relação entre a família e a escola no processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência.

Objetivos específicos

1. Analisar a opinião dos professores sobre contribuições educativas da família e o rendimento escolar do aluno com deficiência.
2. Analisar a opinião que os familiares dos alunos com deficiência têm sobre a escola e a relação entre ambas.

3. Descrever as estratégias, o modelo de ensino e aprendizagem, as normas e o planejamento que a escola executa para envolver, aproximar e inserir a família dos alunos com deficiência no contexto escolar.

A seguir, expõem-se o quadro das perguntas de acordo com os objetivos da pesquisa.

Figura 1. Perguntas e objetivos da investigação

OBJETIVO GERAL	Analisar a relação entre a família e a escola no processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	PERGUNTAS
Analisar a opinião dos professores sobre contribuições educativas da família e o rendimento escolar do aluno com deficiência.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Qual a importância da relação família e escola no processo de ensino aprendizagem da criança com deficiência? ✓ Que meios a escola oferece, que você considera primordial para que a efetivação do processo de ensino e aprendizagem ocorra de forma plena e satisfatória para o aluno com deficiência? ✓ O processo ensino e aprendizagem abarca vários contextos sociais em que o aluno com deficiência está envolvido, como você descreve as contribuições da família dentro desse processo? ✓ O ensino e a aprendizagem são processos que não podem ocorrer distante e isolado da participação familiar, como você analisa o envolvimento da família no espaço e tempo que a escola concede? ✓ Quais as suas maiores dificuldades em relação a família do seu aluno com deficiência? ✓ Com que frequência você professor e a família do seu aluno com deficiência reúnem-se para discutir e encontrar estratégias específicas que beneficiem e melhorem o processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência? ✓ Quais são os possíveis prejuízos causados pela não participação da família no processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência?
Analisar a opinião que os familiares dos alunos com deficiência têm sobre a escola e a relação entre ambas.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Quais obstáculos você encontrou por parte da escola quando você foi matricular o seu filho (a) devido a deficiência que ele possui? ✓ Que aspectos a escola apresenta, que você considera primordial para que a efetivação do processo de ensino e aprendizagem ocorra de forma plena e satisfatória para o aluno com deficiência?

	<p>✓ De que forma você enquanto família de um aluno com deficiência tem buscado contribuir dentro dos espaços e tempos que a escola lhe proporciona?</p>
	<p>✓ Quais são as estratégias que a escola deve aplicar em relação as dificuldades apresentadas pelo seu filho no processo de ensino e aprendizagem?</p>
	<p>✓ Como o professor da Sala Comum e do AEE orientam você a ajudar seu filho (a) nas atividades que vem para serem realizadas em casa (dever de casa)?</p>
	<p>✓ Quais dificuldades você enfrenta em relação ao professor da sala comum, e/ou ao professor do AEE quanto a aprendizagem do seu filho (a)?</p>
	<p>✓ Na sua opinião, em que a escola precisa melhorar para que a aprendizagem do seu filho realmente aconteça de forma plena e satisfatória (prédio, professores, direção, coordenação pedagógica, materiais didáticos, metodologias)?</p>
<p>Descrever as estratégias, o modelo de ensino e aprendizagem, as normas e o planejamento que a escola executa para envolver, aproximar e inserir a família dos alunos com deficiência no contexto escolar.</p>	<p>✓ Qual a importância da integração entre a família e a escola no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência?</p>
	<p>✓ Quais são as ações e estratégias da escola para estimular a participação da família dos alunos com deficiência no processo de ensino e aprendizagem e no contexto escolar como um todo?</p>
	<p>✓ Como o professor do Ensino Comum e do AEE planejam e executam a sua prática visando à inclusão social e escolar do aluno com deficiência e suas respectivas famílias?</p>
	<p>✓ Como funciona o apoio pedagógico especializado da escola e de que forma este suporte contribui efetivamente para um melhor desenvolvimento da docência junto aos alunos com deficiência, a integração de suas respectivas famílias e a escola?</p>
	<p>✓ Como você avalia a necessidade da participação ativa da família do aluno com deficiência no processo de ensino e aprendizagem?</p>
	<p>✓ Em que momento o Professor do AEE, o Professor da Sala Comum, a Coordenação Pedagógica e as Famílias dos alunos com deficiência se reúnem para discutir estratégias de ensino e aprendizagem específicas para esses alunos?</p>
	<p>✓ Na sua opinião quais são os reais benefícios que se alcançam no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência quando há uma boa relação entre a família deste aluno e a escola?</p>

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

5.2 PLANO DE PESQUISA

Abaixo, está o plano de pesquisa (figura 2) com as fases e atividades a serem desenvolvidas. Em cada fase, o tempo aproximado de sua execução.

Figura 2. Plano de pesquisa

FASES	ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS	TEMPO
1ª FASE (Planejamento do estudo)	<ul style="list-style-type: none"> – Revisão bibliográfica. – Definir e delimitar os objetivos da investigação. – Elaboração do instrumento (questionário aberto) – Validação do instrumento – Participantes 	4 meses
2ª FASE (Aplicação e coleta de dados)	<ul style="list-style-type: none"> – Aplicação del cuestionario 	1 mês
3ª FASE (Análises de dados)	<ul style="list-style-type: none"> – Análises dos dados do questionário: ✓ Atlas ti. 8 	4 meses
4ª FASE (Resultados, conclusões, propostas)	<ul style="list-style-type: none"> – Elaboração das conclusões. – Elaboração de propostas. 	3. meses

5.3 CONTEXTO DA PESQUISA

A pesquisa será realizada no Brasil, no Estado do Amapá, no Município de Macapá, na Escola Estadual São Lázaro, CNPJ: 00.908.403/0001-33, INEP: 16002199, situada no bairro São Lázaro, na Avenida José Alves Pessoa, Cep: 68.908-480. A escola funciona em dois turnos, e atende o segmento do Ensino Fundamental I, dentro dos padrões previstos no Regimento escolar da secretaria de Educação do Estado do Amapá. A direção da escola está a cargo da Profª Caroline Cardoso de Souza, e do diretor adjunto o Profº Jó Machado dos Santos. O quantitativo total de alunos da referida escola é de 446 alunos, sendo 18 turmas de 1º ao 5º ano. Os horários das aulas são assim distribuídos, de acordo com o turno: de 07:30h até 11:50h, turno matutino, das 13:10h até as 17:30h, turno vespertino. O corpo docente é permanente e qualificado, com profissionais graduados e especialistas.

Na figura abaixo, se observa a entrada da Escola Estadual São Lázaro.

Figura 3. Escola Estadual São Lázaro



Foto: Elaborado pela pesquisadora

5.4 PARTICIPANTES DA PESQUISA

A seleção dos participantes é um passo relevante de uma investigação, onde se encontrará as respostas para os objetivos propostos neste estudo.

Para Gil (2017, p.126) “os participantes de uma pesquisa qualitativa, com o método fenomenológico devem ser capazes de descrever de maneira acurada a sua experiência vivida”.

Sendo assim, nesta pesquisa delimitou-se como participantes os: professores regentes do ensino comum, os professores do atendimento educacional especializado/AEE, os coordenadores pedagógicos e os familiares dos alunos com deficiência.

a) *Professores regentes do ensino comum que têm alunos com deficiência em suas classes* - a escolha desses professores corresponde à importância do papel e da transcendência de seu desempenho, da metodologia e das estratégias utilizadas para o ensino e aprendizagem de todos os alunos, incluindo os que tem deficiência. Sendo assim, ao serem

escolhidos para essa pesquisa percebe-se que os mesmos podem transmitir confiabilidade e validade aos dados que serão analisados.

b) *Professores do Atendimento Educacional Especializado/AEE* - escolheu-se esses professores porque eles atendem os alunos com deficiência no contraturno escolar, beneficiando tanto o aluno com deficiência quanto o professor da sala de aula comum e todo o contexto escolar, bem como a inserção desse aluno com deficiência na sociedade.

c) *Coordenadores Pedagógicos* - esses profissionais foram selecionados porque estão em constante contato direto, tanto com as famílias dos alunos, quanto com os professores, através da elaboração de planos pedagógicos e do planejamento de atividades, estratégias e metodologias que o professor da sala de aula comum e o professor do AEE realizam com seus alunos dentro do ambiente escolar.

d) *Os familiares (pai, mãe ou responsáveis) dos alunos com deficiência* - o critério de inclusão desses participantes deu-se pelo tempo de convívio da família com a criança com deficiência, sendo que este ocorre desde o seu nascimento, portanto bem mais amplo e completo do que de professores ou outros profissionais da escola, a família tem influencia direta no ambiente estimulador e comportamental, podendo ser, a melhor fonte de suporte para o desenvolvimento do aluno com deficiência.

Tabela 1. Participantes da pesquisa

PARTICIPANTES	QUANTIDADE
Professores da sala comum	08
Professor do AEE	03
Coordenadores pedagógicos	02
Familiares dos alunos com deficiência	10

Fonte: elaborado pela pesquisadora

5.5 DESENHO DA PESQUISA

Partindo do pressuposto estabelecido por esta pesquisa, adotou-se o enfoque qualitativo para o estudo. As estratégias metodológicas aplicadas na recolha e tratamento de dados assentam nos pressupostos de uma investigação qualitativa, considerando-se que esta

abordagem incide sempre num estudo de pessoas, da sua singularidade, dos seus comportamentos e dos seus contextos.

Este tipo de investigação conduz os investigadores a estudar as percepções que os participantes têm da realidade e não a realidade em si, uma vez que defendem que o comportamento humano é influenciado pelos contextos onde surge, emergindo a necessidade de se compreenderem os fenómenos, com base na perspectiva daqueles que neles participam.

Segundo Campoy (2019, p.264) o “objetivo de la investigación cualitativa se enfoca en la comprensión del fenómeno social desde la perspectiva de los participantes, donde la participación del investigador y su relación con el fenómeno es fundamental”.

Portanto, percebe-se que a pesquisa qualitativa, permitirá além de tudo, a compreensão do fenómeno a ser estudado, como também proporcionará uma análise interpretativa dos dados obtidos sobre a realidade da relação entre a família e a escola no processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência; a percepção dos professores sobre atitudes educativas da família que se aplicam no contexto escolar; e as concepções dos familiares dos alunos com deficiência sobre a escola e sua relação com as famílias dos educandos.

5.6 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

A técnica aplicada em correspondência ao método de estudo foi o questionário aberto, o que permitiu inquirir um grupo representativo da população em estudo e que neste caso foram os coordenadores pedagógicos, os professores do ensino comum, os professores do AEE e os familiares dos alunos com deficiência da escola em questão.

O questionário aberto é um instrumento mais utilizado em investigações qualitativas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas pelos investigados, permitindo aos participantes expressar-se livremente para explicar, descrever e opinar sobre os questionamentos de forma mais ampla e pessoal.

De acordo com Campoy (2019, p.366) “el cuestionario abierto es aquel que solicita una respuesta libre y provoca respuestas de mayor profundidad sin delimitar de antemano las alternativas de respuestas que son redactadas por el propio sujeto. Estas respuestas nos permiten conocer actitudes, sentimientos, motivaciones, opiniones y conductas”.

Observa-se na tabela a seguir as técnicas relacionadas aos objetivos da pesquisa.

Figura 4. Técnicas relacionada aos objetivos da pesquisa

OBJETIVOS DA PESQUISA	TÉCNICA	FONTES DE INFORMAÇÃO
Analisar a opinião dos professores sobre contribuições educativas da família e o rendimento escolar do aluno com deficiência.	Questionário aberto	Professores da sala comum e do AEE
Analisar a opinião que os familiares dos alunos com deficiência têm sobre a escola e a relação entre ambas.	Questionário aberto	Familiares dos alunos com deficiência
Descrever as estratégias, o modelo de ensino e aprendizagem, as normas e o planejamento que a escola executa para envolver, aproximar e inserir a família dos alunos com deficiência no contexto escolar.	Questionário aberto	Coordenadores pedagógicos

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

Em concreto, a escolha da técnica do questionário aberto baseia-se no seguinte:

- a) Permite respostas gratuitas às questões levantadas.
- b) Permite-nos obter respostas profundas.
- c) permite conhecer atitudes, sentimentos, motivações e opiniões.

5.7 VALIDAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DA PESQUISA

O instrumento de pesquisa precisa ser garantido e validado, solicita-se uma quantidade (três) de professores mestres e doutores da área disciplinar em que se situa a investigação, com o objetivo de apreciarem e verificarem se há pertinência, coerência e coesão nas perguntas, e se as mesmas estão de acordo com a problemática e os objetivos do estudo.

Na concepção de Campoy (2019, p. 96), a “ respecto a la validez de las técnicas, se entiende que la validación es un proceso contínuo que incluye procedimientos diferentes para comprobar si un cuestionario mide lo que realmente dice medir”.

Nesse sentido, o procedimento seguido para a validação de especialistas tem sido o método de "agregados individuais", conforme estabelecido no Anexo 1. A validação de cada pergunta passa pela clareza da escrita, mede o que dizmina, indução à resposta, coerência interna e uma seção dedicada às observações.

5.8 ASPECTOS ÉTICOS

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, sob o parecer n. 5.343.359. CAAE: 52627121.6.0000.0003 (Anexo 4).

5.9 PROCEDIMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Os procedimentos para a coleta de dados foram as etapas que o pesquisador desenvolveu para a obter as informações desejadas. Gil (2017, p. 52), ressalta que “é a maneira pela qual se obtêm os dados necessários”, ou seja, o passo a passo que foi estabelecido no início da pesquisa.

Primeiramente foi realizado o contato com o diretor da E.E São Lázaro, a partir de uma conversa formal e a carta de apresentação (Anexo 2). Em seguida a pesquisadora pediu ao Coordenador Pedagógico para que lhe prestasse todas as informações e suporte necessários quanto à documentação e contato com os professores e pais de alunos que foram o público alvo da pesquisa.

A mestranda apresentou para estes grupos os propósitos e os objetivos da pesquisa, enfatizando a importância de uma boa relação entre a escola e a família do aluno com deficiência, como uma possibilidade para o bom desempenho do aluno no processo de ensino e aprendizagem, bem como, em todos os sentidos do seu desenvolvimento enquanto pessoa.

Mediante a confirmação positiva do estudo, por meio da assinatura do Termo de Consentimento (Anexo 3), iniciou-se a coleta de dados, realizando concomitantemente: o questionário aberto (Anexo 5) com os Professores da Sala Comum, Professores do AEE, Pais de Alunos com deficiência e Coordenadores Pedagógicos, mantendo sempre o foco nas informações que foram levantadas e que contribuíram para a análise e interpretação dos dados. Os questionários foram aplicados de forma presencial, sendo um dia para cada grupo participante, onde a mestranda se fazia presente durante o preenchimento, fazendo a leitura do TCLE, da pergunta e esclarecendo possíveis dúvidas que o participante viesse a ter, principalmente com o grupo dos pais de alunos. Após a coleta dos dados, organizou-se o material e fez-se a análise a partir da técnica de análise de conteúdo, buscando responder o problema de pesquisa proposto neste estudo.

5.10 TÉCNICAS DE ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A técnica de análise e interpretação de dados permite ao pesquisador examinar o material que foi coletado, observando possíveis falhas ou dúvidas, para logo em seguida expor os significados encontrados, os resultados e as conclusões.

Foi aplicado aos participantes da pesquisa o questionário aberto. Para serem analisados e interpretados, executou-se como técnica a análise de conteúdo, o desenvolvimento de categorias de codificação.

Segundo Bardim (2016, p.37) a técnica de análise de conteúdo é:

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Na técnica de análise de conteúdo compreende-se a codificação e classificação de dados, essa análise também é denominada como categorização, cujo o objetivo é entender os dados coletados e destacar mensagens ou descobertas importantes. Segundo Bardin (2016) a utilização da análise de conteúdo prevê três etapas fundamentais como a pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados e a inferência da interpretação.

6. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Para analisar e interpretar os dados sobre a relação entre a família e a escola no processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência e reponder ao problema e objetivos que norteiam esta pesquisa, optou-se por uma análise em categorias, embasadas na Análise de Conteúdo, que conforme a concepção de Bardin (2016, p. 147) “as categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos”.

Portanto, a seguir, apresenta-se as categorias e as unidades de análise desta pesquisa.

6.1. CONTRIBUIÇÕES EDUCATIVAS DA FAMÍLIA E O RENDIMENTO ESCOLAR DO AUNO COM DEFICIÊNCIA

Nesta categoria se analisa as opiniões dos professores sobre as contribuições educativas da família e o rendimento escolar do aluno com deficiência. Foram realizadas sete questões para os professores da sala comum e os professores do AEE.

Pergunta 1. Qual a importância da relação família e escola no processo de ensino aprendizagem da criança com deficiência?

Professor da sala comum

Unidade de análises:

- ✓ Acompanhamento
- ✓ Educação
- ✓ Interação

Os professores da sala comum consideram essencial acompanhar os alunos em seu processo de aprendizagem e socioemocional.

“O cuidado e o acompanhamento são imprescindíveis para o avanço cognitivo e psicossocial”.

“Fortalece os laços para que a criança com deficiência tenha um bom desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem”.

“A importância dessa relação é que se tenha uma parceria, para que os alunos com deficiência possam participar de maneira efetiva do processo de ensino e aprendizagem na escola”.

A família e a escola no que se refere ao processo educacional dos alunos com deficiência devem garantir que a sua aprendizagem aconteça de forma ética, democrática e cidadã.

“Garantir a educação dos indivíduos, de modo que ambas as partes se complementem seus papéis, ao buscar uma inclusão satisfatória desses discentes”.

“A família envolvida com a educação do aluno (a) tem maior importância para o desenvolvimento da criança com deficiência na escola”.

“É de essencial importância. É um fator que gera na criança um avanço na sua aprendizagem”.

Uma boa relação (aliança) entre a família e a escola é de suma importância e necessária para o desenvolvimento do aluno e para alcançar os objetivos de aprendizagem, bem como para o desenvolvimento psicossocial.

“Uma boa interação entre a família e a escola proporciona uma grande compreensão das necessidades, interesses, habilidades e potencialidades desta criança”.

“É importante a relação que se estabelece entre a família e a escola, pois esta relação contribui para uma melhoria no atendimento da escola, aprimorando competências e estimulando a autonomia das crianças com deficiência. Sendo assim, é permitido que sejam vencidos vários obstáculos, fazendo com que se concretize o processo de ensino e aprendizagem”.

A resposta acima corrobora com os autores Paula, Lezana, Zonta, Santos, & Seleme (2015) quando se referem “à educação das crianças, de modo geral, em especial àquelas com necessidades educacionais especiais, é de suma importância que a escola busque promover a colaboração dos pais” (p. 135). Estes podem colaborar oferecendo informação pormenorizada sobre o seu filho, através de dados resultantes da avaliação pessoal e disponibilizando dados provenientes de relatórios clínicos, psicológicos ou pedagógicos e participando na avaliação com educadores ou professores dos progressos verificados.

Interpretação

A relação família-escola é de vital importância para o desenvolvimento escolar, social e emocional das crianças.

Professor do AEE

Unidade de análises:

- ✓ Acompanhamento
- ✓ Educação
- ✓ Interação

Os professores do AEE consideram importante o acompanhamento e o alinhamento da família dos alunos com deficiência, juntamente com a escola, em seu processo de aprendizagem.

“Há muitos benefícios na aproximação entre a família e a escola, um deles é poder alinhar as expectativas juntos, por meio de um diálogo aberto e objetivos comum dessa relação é oferecer à criança boas condições de desenvolvimento e aprendizagem”.

“A família é de suma importância no processo educacional da criança especial, pois a mesma necessita de um acompanhamento em casa, e a família deve participar, interagir nas atividades pedagógicas da escola, família e escola caminham junto”

“A parceria família-escola exerce grande importância na formação da pessoa com deficiência, para uma educação de qualidade e o pleno desenvolvimento dos alunos”.

Interpretação

É de suma importância a relação família-escola para o processo de desenvolvimento educacional da criança com deficiência.

A seguir, observa-se a nuvem e a frequência das palavras mais utilizadas pelos professores da sala comum e pelos professores do AEE.

Figura 5. Relação família-escola



Tabela 2. Relação família-escola (frequência de palavras)

Término	Frequência
Escola	9
Aprendizagem	5
Importância	6
Criança	5
Deficiência	4
Ensino	3
Desenvolvimento	4
Família	11

Pergunta 2. Que meios a escola oferece, que você considera primordial para que a efetivação do processo de ensino e aprendizagem ocorra de forma plena e satisfatória para o aluno com deficiência?

Professor da sala comum

Unidade de análises

Meios oferecidos pela escola

Subunidade

✓ Inclusão

A educação inclusiva é um modelo de educação que visa atender as necessidades de todas as crianças, jovens e adultos, especialmente, considerando os casos que pode haver o risco de exclusão social. De acordo com Sousa (2015) o ambiente escolar deve se adaptar e proporcionar aos alunos a oportunidade de conviver socialmente, sendo assim necessário que a comunidade escolar, principalmente os professores tenham conhecimento sobre a especificidade dos alunos.

Os professores participantes expressam a importância de aplicar a inclusão na escola para socialização, a participação da família e ajudar nas dificuldades de aprendizagem. Observa-se nas seguintes falas coletadas:

“A escola oferece meios possíveis como: as rampas, a sala do AEE, atividades diferenciadas que dão subsídios aos professores”.

“A escola faz várias reuniões buscando saber a real necessidade dos alunos com deficiência para atender melhor seus anseios”.

“A escola é inclusiva, os alunos tem a oportunidade de estar com os demais colegas na sala regular, além de receberem o atendimento especializado para as suas necessidades, por profissionais competentes para isso”.

“Os professores acreditam que os alunos inclusos tenham capacidade de aprender a vencer os desafios apresentados”.

“A escola oferece o AEE que é importante para a criança desenvolver suas necessidades específicas para o seu avanço e aprendizagem. O atendimento do aluno é no contra turno”.

“A escola oferece educação inclusiva, tentando envolver a família no processo”.

“A escola oferece meios possíveis como: as rampas, a sala do AEE, atividades diferenciadas que a escola também oferece dando subsídios aos professores”.

“A escola faz várias reuniões buscando saber a real necessidade dos alunos com deficiência para atender melhor seus anseios”.

Interpretação

O corpo docente tem uma visão positiva de inclusão, tanto na atenção aos alunos, quanto nos meios que possui.

Observa-se, a seguir a nuvem e a frequência das palavras mais utilizadas pelos professores da sala comum.

Figura 6. Meios que oferece a escola-PSC



Tabela 3. Meios que oferece a escola-PSC (frequência de palavras)

Término	Frequência
Escola	7
Alunos	5
Oferece	4
Professores	3
Inclusiva	2

Professor do AEE

Unidade de análises

Meios oferecidos pela escola

Subunidade

- ✓ Inclusão

Na fala dos professores do AEE dois têm opiniões favoráveis aos meios que a escola oferece e um professor discorda dos meios oferecidos pela escola para realizar a inclusão das crianças no processo de ensino e aprendizagem.

A opinião favorável destaca que:

“Através da coordenação pedagógica na medida do possível somos orientados em todos os problemas que surgem e também recebemos total apoio na realização de projeto. Durante uma semana são realizadas palestras com todas as turmas da escola, onde são apresentados vídeos educativos sobre a inclusão, concurso do melhor desenho referente ao tema do projeto, com premiação de camisas com o desenho vencedor estampado e culminância com realização de jogos adaptados tendo a participação dos alunos com deficiência e premiação de medalhas”

“Por meio de projetos, a escola trabalha a sensibilização dos alunos”.

A opinião desfavorável destaca a criatividade do corpo docente na resolução de deficiências.

“Infelizmente a nossa escola não oferece recursos didáticos como cartolina, E.V.A., cola, tesoura, papel cartão... para confeccionarmos materiais didáticos. Usamos renda própria para fazermos o material necessário para auxiliarmos no processo educacional do aluno”

Christo & Mendes (2019), destacam em seus estudos que a escola deve proporcionar condições para que o docente venha realizar o seu trabalho: como tempo para o planejamento em conjunto, recursos didáticos, formações, mudanças nas políticas e práticas escolares. Condizendo com Silva, Silvério & Vieira (2021) no sentido de que “as práticas pedagógicas inclusivas no contexto escolar demandam sistematização, profissionais qualificados, recursos adaptados e uma organização curricular que atenda às necessidades específicas dos alunos” (p. 2).

Interpretação

A disponibilidade de recursos didáticos para professores na escola inclusiva depende dos recursos da escola.

Observa-se, a seguir a nuvem e a frequência das palavras mais utilizadas pelos professores do AEE.

Figura 7. Meios que oferece a escola - AEE

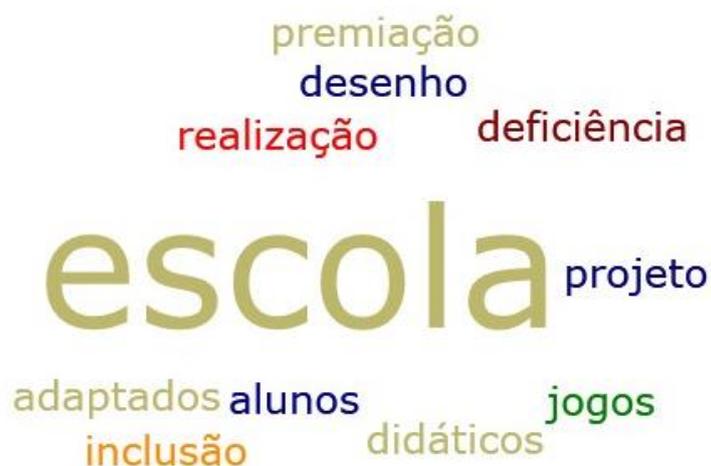


Tabela 4. Meios que oferece a escola AEE (frequência de palavras)

Término	Frequência
Escola	3
Inclusão	2
Deficiência	2
Jogos	2
Didático	2
Projeto	2

Pergunta 3. O processo ensino e aprendizagem abarca vários contextos sociais em que o aluno com deficiência está envolvido, como você descreve as contribuições da família dentro desse processo?

Professor da sala comum

Unidade de análises

Contribuição da família

Subunidade

- ✓ Família
- ✓ Pandemia

O primeiro e mais importante agente socializador das crianças é a família, portanto, é necessário analisar a relação entre família e escola, e a contribuição da família, na medida em que são os dois grandes agentes socializadores responsáveis pela formação das crianças, prestando atenção às realidades em que estão imersas, e tentando responder às demandas que cada um deles pode apresentar.

Esta é a visão que os professores participantes têm sobre a contribuição da família no processo de ensino da criança com deficiência.

“A família é a célula mais importante do aluno. No núcleo familiar deve haver interesse e participação ativa para auxiliar a pessoa com deficiência contribuindo para a autonomia e independência no dia a dia”.

“Com participação ativa na educação de seus filhos, orientando as tarefas de casa impondo limites e regras como respeito e reconhecimento da autoridade da escola, enquanto instituição de ensino e aprendizagem”.

“Algumas famílias contribuem mostrando ao aluno com deficiência que as diferenças existem, mas que podem ser superadas”.

“A família ajuda da melhor forma possível, solicitando a minha ajuda e eu vou ajudando e auxiliando aos mesmos do jeito que posso”.

Às vezes, a escola tem que cuidar das necessidades do aluno devido à falta de colaboração familiar.

“Posso falar apenas do que vejo e convivo, minha aluna não tem acompanhamento por parte da família. Apesar da escola e do sistema educacional estar totalmente preparado e pronto para lhe oferecer o seu melhor.”

“Se a família se envolve como deveria no processo, ficaria mais fácil para que o aluno (a) com deficiência tenha seu desenvolvimento educacional melhorado”.

E em tempos de pandemia, a relação entre família e escola torna-se, especialmente, necessária, como se reflete nesta fala:

“É bem complicado nesse período de pandemia, as contribuições foram baixas até pelo afastamento, com a volta das aulas presenciais o acesso ficou defasado, a falta de envolvimento e comprometimento”.

García-Cedillo, Romero-Contreras, & Flores Barrera (2021) relatam nos resultados de seus estudos que durante a pandemia as condições em que as crianças com e sem necessidades educativas especiais foram, na maioria dos casos, inapropriadas ou precárias, sem espaços apropriados dentro da casa para estudo ou teletrabalho.

Interpretação

A cooperação familiar e escolar é absolutamente necessária, especialmente em tempos de pandemia.

Professor do AEE

Unidade de análises

Contribuição da família

Subunidade

- ✓ Família
- ✓ Desenvolvimento

“A família por ser o centro que permeia a vida da criança, tem a obrigação de desenvolver nela uma boa educação para o mesmo adquirir mais proveitos relacionados a aprendizagem escolar. A aprendizagem escolar da criança está diretamente ligada a participação da família na escola”.

“A contribuição da família é extremamente eficaz para o crescimento escolar, não deixar apenas a escola ensinar e acompanhar o aluno. A família deve possuir estratégias, acompanhamento de equipe multidisciplinar nos centros que atendem essas crianças especiais”.

“A participação da família deve ser constante e consciente, a relação entre escola e família será decisiva para um andamento proveitoso do processo de ensino e aprendizagem da criança com deficiência”.

Interpretação

A participação e a contribuição da família é eficaz no processo de aprendizagem do aluno com deficiência.

Observa-se, a seguir a nuvem e a frequência das palavras mais utilizadas pelos professores da sala comum e pelos professores do AEE .

Figura 8. Contribuição da família



Tabela 5. Contribuição da família (frequencia de palavras)

Término	Frequência
Escola	5
Alunos	3
Deficiência	4
Realização	2
Inclusão	2

Pergunta 4. O ensino e a aprendizagem são processos que não podem ocorrer distante e isolado da participação familiar, como você analisa o envolvimento da família no espaço e tempo que a escola concede?

Professor da sala comum

Unidade de análises

Participação da família

Subunidade

✓ Envolvimento familiar

A boa relação entre a família e a escola é de grande importância, uma vez que ambas têm um objetivo em comum que é o desenvolvimento global e harmonioso das crianças. Portanto, deve ser uma tarefa compartilhada, de forma a facilitar a realização desse objetivo principal. A escola deve incentivar e apoiar essa participação.

Mas muitas vezes, por várias razões, a família não participa ativamente da vida escolar de seus filhos.

“A escola oferece oportunidades iguais a todos, além de atendimento especializado aos que necessitam de mais acompanhamento, no entanto não vejo a mesma disposição e nem disponibilidade, ou seja, não há envolvimento total da família”.

“Com relação ao meu aluno, a participação dele foi pouca, até pelo fato dele morar longe e o atendimento ser no horário do contra turno”.

“A maioria das famílias se justificam dizendo que não tem tempo para acompanhar seus filhos no processo de ensino e aprendizagem, com isso, esse envolvimento não ocorre de forma adequada”.

“As famílias ainda não se engajam totalmente no processo ensino e aprendizagem da pessoa com deficiência. Delegam para a escola, na figura do professor toda a aprendizagem do aluno”.

Araújo & Ferreira (2019, p. 65) relatam que “se o aluno tem baixa aprendizagem e nenhum problema biológico, é nítido que o problema não é o aluno e sim a família, que não oferece nenhum estímulo ou estrutura psicológica”.

Por isso, a participação da família na vida da criança é de suma importância, é ela que servirá de modelo de relacionamentos para que, mais tarde, ela se relacione com outras pessoas.

Intrepetação

A família não assume a importância de sua participação na vida escolar da criança.

Professor do AEE

Unidade de análises:

Contribuição da família

Subunidade

- ✓ Falta de tempo

Os professores do atendimento educacional especializado relataram vários motivos que a família expõem para não acompanhar a criança na escola:

“Infelizmente esse envolvimento ainda é mínimo e podemos observar essa falta de interesse da família nos dias de reuniões e na ausência do aluno nos atendimentos, acarretando um atraso no processo de desenvolvimento intelectual da criança”.

“Razoável, pois muitas famílias afirmam que não possuem tempo para ir à escola, apesar da escola oferecer um horário reduzido para atender os pais, mas o importante é ter esse espaço”.

“Na maioria das vezes, porém, há pais que dizem não terem tempo para a vida escolar do filho, atribuindo a escola total responsabilidade pela educação do aluno. Os motivos são vários, sendo os principais deles, a falta de tempo, porque muitos trabalham”.

Hernández Prados e Noguera (2019) enfatizam que quando um aluno com necessidades educacionais especiais é matriculado na escola, se espera que a família seja o elo que dará as informações necessárias para estabelecer uma resposta educacional eficaz no processo de ensino e aprendizagem.

Interpretação

Os familiares dos alunos com deficiência, na maioria das vezes, não participam das reuniões, são ausentes nos atendimentos do AEE e alegam a falta de tempo.

Observa-se, a seguir a nuvem e a frequência das palavras mais utilizadas pelos professores da sala comum e pelos professores do AEE.

Figura 9. Participação familiar



Tabela 6. Participação familiar (frequencia de palavras)

Término	Frequência
Aluno	7
Escola	6
Aprendizagen	4
Família	6
Participação	3
Deficiência	3
Falta de tempo	3

Pergunta 5. Quais as suas maiores dificuldades em relação a família do seu aluno com deficiência?

Professor da sala comum

Unidade de análises

Dificuldades no relacionamento

Subunidade

✓ Percepção de participação

As famílias com crianças com deficiência devem levar em conta as diferentes dificuldades que surgem, que podem se tornar tensões entre os familiares.

Mas não só pode gerar desconforto e tensão, essa situação também pode influenciar positivamente a família. Na verdade, pode fortalecer os laços familiares, fomentando a coesão e a proximidade entre diferentes membros. Ou seja, pode aumentar a resiliência de todos.

Entre as principais dificuldades está a falta de informação familiar.

“É não me informar de fato a sua deficiência, eu tenho que ir em busca do seu laudo com os professores que o atende no AEE. Fica difícil trabalhar com ele mas sempre busco ver o melhor que ele possa ter na sua aprendizagem”.

“Percebo que falta parceria por parte de algumas famílias, pois as mesmas pouco contribuem no processo ensino e aprendizagem, dificultando para que se tenha uma boa relação com a família do aluno”.

Para os professores, a participação é essencial para situações de crianças com deficiência:

“Não tenho dificuldade com a família do aluno. É uma família participativa na vida escolar da criança”.

“No momento não tenho dificuldade, tenho um bom entendimento com a família com a responsável do meu aluno. Onde há um diálogo de entendimento constante”.

“Com a falta de participação faz com que o aluno (a) passe por mais dificuldades”.

“Percebo a falta de acompanhamento nas atividades que vão para casa”.

Interpretação

O envolvimento familiar é necessário para superar as dificuldades dos alunos com deficiência.

Professor do AEE

Para os professores do AEE a principal dificuldade está na falta de compromisso com relação ao atendimento do filho no AEE.

“Fazer com que o aluno frequente o atendimento no contra turno, conscientizar os pais da importância dos conteúdos apresentados pela professora da sala regular (comum) e a socialização do aluno com os colegas da turma”.

“Falta de interesse, a clientela é muito precária a mesma não possui conhecimento de fato da deficiência do seu filho, como direitos e deveres que a criança especial possui. Falta de participação das atividades pedagógicas da escola”.

“A maior dificuldade se dá pela falta de compromisso de alguns pais em não preparar os filhos para a vida escolar, deixando de lado as terapias, com isso os resultados positivos não são alcançados”.

Em seus estudos, Christovam e Cia (2016) enfatizam que os pais e os professores tem condições para estabelecer uma boa relação, contudo os pais não apresentam clareza da importância de suas ações, levando ao baixo aproveitamento de situações promotoras da relação família e escola e indicando a necessidade de investir na promoção do envolvimento efetivo.

Interpretação

Os pais devem acompanhar os filhos no processo de ensino e aprendizagem.

A seguir, apresenta-se a nuvem e a frequência das palavras mais utilizadas pelos professores da sala comum e pelos professores do AEE.

Figura 10. Dificuldades familiar dos fihlos com deficiência

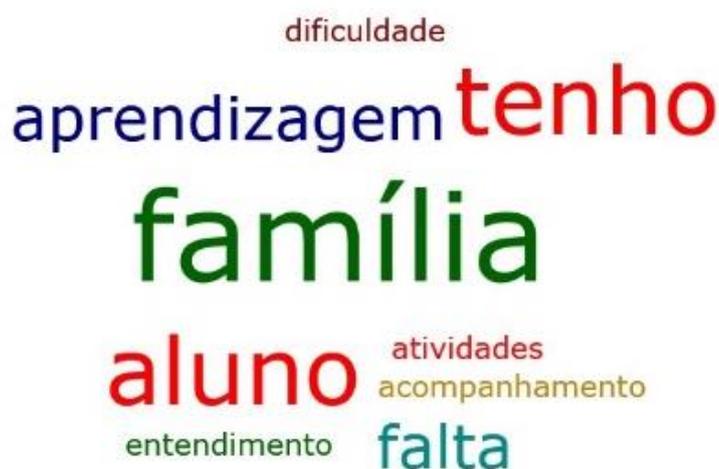


Tabela 7. Dificuldades da familiar dos filhos com deficiência

Término	Frequência
Família	5
Aluno	4
Tenho	4
Aprendizagem	3

Pergunta 6. Com que frequência você professor e a família do seu aluno com deficiência reúnem-se para discutir e encontrar estratégias específicas que beneficiem e melhorem o processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência?

Professor da sala comum e professor do AEE

Unidade de análises

Reuniões entre professores e familiares

Subunidade

- ✓ Frequência de reuniões

A educação é uma tarefa compartilhada entre pais e educadores. Não há nada mais essencial do que abrir canais de comunicação entre a família e o centro educacional. É absolutamente necessário estabelecer ações conjuntas e coordenadas que contribuam decisivamente para o desenvolvimento intelectual, social e emocional da criança.

A falta de tradição de contato regular entre escola e família, e a situação atual agravada pelo COVID, não contribui para a mudança no cenário.

“Por causa da pandemia o contato com a família é insuficiente. No entanto, nos comunicamos através do celular para tratarmos de questões da aprendizagem do aluno”.

“Não tivemos nenhuma reunião para tratar sobre o aluno, até pelo fato de estarmos nesse período delicado. E no caso, se o aluno tiver algum problema familiar que é um dos pontos para tratarmos sobre o mesmo”.

“As reuniões acontecem somente com os professores da sala comum, AEE e coordenação pedagógica”.

“Sempre que necessário os pais são convidados a comparecer na escola, às vezes essas conversas acontecem através de ligações telefônicas ou ao término do atendimento, nos dias em que os alunos são atendidos”.

“As crianças especiais que participam do AEE, frequentemente eu, professora, converso uns quinze minutos no final do atendimento, que ocorre 3 vezes na semana, para definirmos estratégias do processo de ensino e aprendizagem”.

“Sempre que termina o atendimento, relato aos pais os avanços, habilidades e desempenho dos alunos, ou seja, tudo o que acontece durante a aula”.

Interpretação

As estratégias devem ser projetadas para facilitar o contato e colaboração da família e da escola.

A seguir, apresenta-se a nuvem e a frequência das palavras mais utilizadas pelos professores da sala comum e pelos professores do AEE.

Figura 11. Frequência da relação escola-família



Tabela 8. Frequência da relação escola-família

Término	Frequencia
Aluno	4
Contato	2
Ideias	2
Reuniões	2
Necessário	2
Tratarnos	2

Pergunta 7. Quais são os possíveis prejuízos causados pela não participação da família no processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência?

Professor da sala comum e professor do AEE

Unidade de análises

Preconceitos

Subunidade

✓ Tipos de preconceitos

Pais de crianças com diversos transtornos de déficit experimentam altos níveis de estresse, confrontos frequentes de casal e limitações em sua vida social, fatores que influenciam a evolução do transtorno e constituem um objetivo terapêutico prioritário.

Esses déficits têm impacto negativo no sistema familiar; o aconselhamento aos pais é eficaz na compreensão da patologia e na produção de mudanças positivas nas expectativas/atribuições.

Os comentários a seguir refletem os principais malefícios que os alunos com déficits passam:

“Certamente, o atraso no processo cognitivo, sócio emocional e em sua autonomia como pessoa civil”.

“Atraso na aprendizagem de forma global é o maior prejuízo, o que atrasa outros setores”.

“Os não avanços na aprendizagem porque a criança precisa de incentivo para continuar progredindo”.

“A desconstrução da identidade, autonomia e cidadania da criança, lhe causando dificuldades nesse processo.”

“O aluno não irá desenvolver no seu conhecimento, vai regredir. Irá sentir dificuldade na leitura, escrita e não conseguirá entender nos afazeres do dia a dia”.

“O prejuízo na aprendizagem é muito grande quando os familiares se omitem nas questões escolares dos alunos”.

“Nesse caso teria prejuízos caso a família não concordasse com certas decisões ou se não houvesse entendimento. Porém sempre tentamos e fazemos da melhor forma possível, para ajudarmos esse aluno, quando há alguma dificuldade conversamos e encontramos soluções. Com isso, não ocorre a não participação, o não dialogo, o não entendimento assim teríamos possíveis prejuízos”.

“A não participação da família, cria uma barreira para o aprendizado do aluno, pois essa falta de apoio familiar prejudica no processo ensino e aprendizagem do aluno”.

“Escola e família são dois contextos que se fazem presentes em essência na vida do indivíduo, pois cada uma detém um papel de fundamental importância e influência. Quando isso não ocorre, o que acontece com muita frequência, o maior prejudicado é o aluno, no caso de uma criança deficiente esse prejuízo vem em dobro já que o mesmo requer de cuidados e atendimento especializado”.

“A criança fica desestimulada, não participa das programações que acontece na escola, não progride nos estudos pois não se tem um acompanhamento eficaz em casa”.

“Baixa auto estima, ansiedade, diminuição no rendimento escolar”.

Interpretação

É necessário que a figura do mediador supere a "relutância" com a família.

A seguir, apresenta-se a nuvem e a frequência das palavras mais utilizadas pelos professores da sala comum e pelos professores do AEE.

Figura 12. Preconceitos devido a déficits de aprendizagem



Tabela 9. Preconceitos por déficits

Término	Frequência
Aluno	4
Aprendizagem	4
Processo	3
Prejuízos	2
participação	2
Família	2
Entendimento	2
Dificuldade	2

6.2 A RELAÇÃO DOS FAMILIARES DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA E A ESCOLA

Nesta categoria analisou-se a opinião que os familiares dos alunos com deficiência têm sobre a escola e a relação entre ambas. Foram realizadas seis perguntas para os pais.

Pergunta 1. Que aspectos a escola apresenta, que você considera primordial para que a efetivação do processo de ensino e aprendizagem ocorra de forma plena e satisfatória para o aluno com deficiência?

Pais dos alunos

Unidade de análise

Processo de efetividade do ensino e aprendizagem

Subunidade

✓ Satisfatória

Para que haja o desenvolvimento de crianças com deficiência e para que as mesmas cresçam em um ambiente favorável deve haver colaboração, coordenação e comunicação entre a família e a escola. Todos os profissionais devem ter uma intervenção conjunta, planejada, com alunos que apresentem diversidades com o objetivo de melhorar a prática cotidiana do processo de ensino e aprendizagem e, sua qualidade de vida e da família.

Os pais consideram que a "metodologia" deve ser adaptada às necessidades das crianças. Isso requer professores bem capacitados.

“Uma metodologia diferenciada, pois o meu filho já tem 15 anos e não está alfabetizado. A escola não possui uma equipe multidisciplinar para trabalhar com os alunos com deficiência”.

“Os professores do ensino comum deveriam ser capacitados para trabalhar com o aluno cego, meu filho fica na sala comum somente como ouvinte porque o professor não sabe braile”.

De acordo com Schroeider (2019, p. 578) além ter responsabilidade o professor precisa ter o compromisso com o aluno, “dando apoio, não somente nos conteúdos de natureza cognitiva, mas também, para que este se torne um cidadão participativo na sociedade como um todo”.

O professor deve, ainda, procurar conhecer a natureza dos problemas das crianças com deficiência e as implicações que têm no seu percurso educativo, de modo a poder prestar-lhes o apoio apropriado.

O efeito da pandemia, trouxe insatisfação para os pais:

“Os professores, durante a pandemia passaram as atividades que foram para fazer em casa para a minha filha não ficar sem fazer nada”.

“Seria primordial a aceitação e a preocupação da escola, que infelizmente faz pouco caso das crianças com deficiência. Atualmente meu filho ainda não está estudando presencial por falta de cuidador”.

Santos & Lima (2020, p. 65) complementam dizendo que o processo de “inclusão educacional requer professores preparados para atuar na diversidade, compreendendo as diferenças e valorizando as potencialidades de cada estudante de modo que o ensino favoreça a aprendizagem de todos”.

Por outro lado, há pais satisfeitos:

“A metodologia é boa, a comunicação das professoras com a gente que é pai, principalmente no período de pandemia, elas tinham muito interesse. Na medida do possível a escola oferece o suporte necessário para que a aprendizagem aconteça”.

Interpretação

Necessidade de formação de professores em tempos de pandemia.

A seguir, apresenta-se a nuvem e a frequência das palavras mais utilizadas pelos pais.

Figura 13. Eficácia do processo

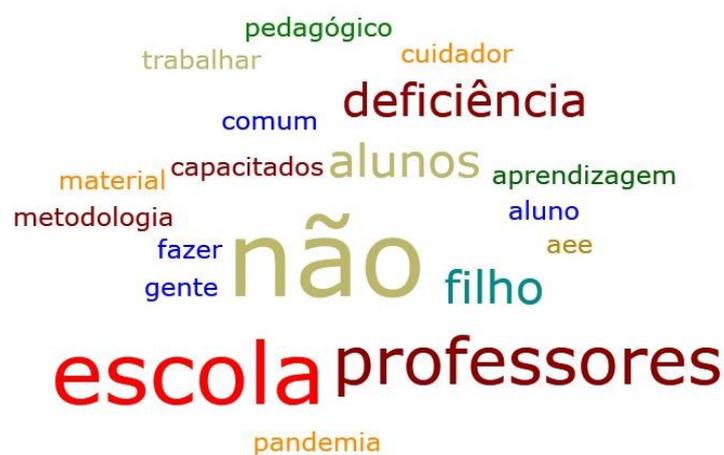


Tabela 10. Eficácia do processo

Término	Frequência
não	6
Escola	5
Professores	4
Deficiência	3
Filho	3
Alunos	3
Metodologia	2
Aprendizagem	2

Pergunta 2. De que forma você enquanto família de um aluno com deficiência tem buscado contribuir dentro dos espaços e tempos que a escola lhe proporciona?

Pais dos alunos

Unidade de análises

Contribuição familiar

Subunidade

- ✓ Espaço e tempo

O envolvimento dos pais é um elemento essencial para o sucesso da intervenção educacional em crianças com deficiência. Os pais são os primeiros e principais agentes da educação de seus filhos, e desempenham um papel primordial desde cedo: são as pessoas que têm mais oportunidades de influenciar o comportamento da criança e promover seu desenvolvimento. Quando os pais estão integrados ao processo de educação de seus filhos otimizarão a intervenção educacional. As vantagens da participação ativa dos pais nos programas educacionais da criança com deficiência são enormes. Quando os pais estão envolvidos em programas de intervenção, a manutenção e generalização da aprendizagem feita pela criança é mais provável de ocorrer e se consolidar.

Os pais responderam que:

“Estou sempre à disposição da escola e venho todas as vezes que a escola me pediu para vim e para dar informações sobre o meu filho.”

“Compro o material, sempre que a professora pede. Com atenção, quando a professora chama e eu procuro colaborar quando a escola precisa.”

“Procuro ser sempre muito prestativa quando a escola chama e pede a minha ajuda para qualquer coisa.”

“Eu venho sempre para as reuniões, a minha filha ainda não está vindo no presencial, nem para a aula normal, nem para o atendimento no AEE.”

“Eu trago direitinho o meu filho para os atendimentos do AEE, venho para as reuniões e contribuo com materiais sempre que a escola pede. Mas acho que o tempo de atendimento no AEE é pouco, meu filho é atendido somente um dia na semana, na sexta-feira, durante uma hora de tempo.”

Há também pais e mães decepcionados...

“Tenho dois filhos autistas, nunca esperei só pela escola, sempre procurei me aperfeiçoar para ajudar meus filhos no processo de ensino e aprendizagem, já me decepcionei muito esperando da escola.”

Interpretação

É necessário abrir espaços para a participação da família na escola.

A seguir, apresenta-se a nuvem e a frequência das palavras mais utilizadas pelos pais.

Figura 14. Contribuição de espaços e tempo na escola



Tabela 11. Contribuição de espaço e tempo na escola

Término	Frequência
Escola	12
Sempre	9
Aee	5
Filho	4
Casa	3
Tempo	3
Atendimentos	3

Pergunta 3. Quais são as estratégias que a escola deve aplicar em relação as dificuldades apresentadas pelo seu filho no processo de ensino e aprendizagem?

Pais dos alunos

Unidade de análises

Dificuldades

Subunidade

✓ Estratégias

É essencial a colaboração entre família e escola no trabalho a ser feito para alcançar o melhor desenvolvimento de alunos com deficiências, tendo em vista que quando isso é estabelecido nos termos desejáveis os benefícios obtidos são facilmente observáveis.

Em tempos de pandemia, é importante criar espaços para reflexão e tomada de decisão, onde são propostas formas de ajustar a resposta a todos os alunos. Na transição do

modelo de aprendizagem presencial ou híbrido, a capacidade de responder às necessidades de todos os alunos deve ser mantida para que todos tenham acesso a uma educação significativa, equitativa e de qualidade.

A escola deve estar aberta à participação:

“Acho que a escola toda deve estar orientada para tratar o aluno com deficiência, não só o professor do AEE. A escola não fala dos alunos com deficiência nas reuniões gerais para os outros pais saberem e orientar os outros alunos sobre o nosso filho e a deficiência dele. Bom, pelo menos eu nunca participei de uma reunião dessas.”

A resposta deste pai condiz com Silva, Silvério & Vieira (2021, p. 2) no sentido de que “as práticas pedagógicas inclusivas no contexto escolar demandam sistematização, profissionais qualificados, recursos adaptados e uma organização curricular que atenda às necessidades específicas dos alunos”.

Há opiniões favoráveis dos pais:

“Participei de uma aula e vi que todo o material está adequado e muito satisfatório. Estão todos excelentes, pois meu filho já conhece as letras e os números. Estou amando.”

E estas são algumas exigências dos pais:

“Cuidados essenciais pedagógicos e de um cuidador para que ele possa ir de forma presencial, os atendimentos do AEE são feitos somente uma vez por semana, durante uma hora de tempo, então é insuficiente.”

“Fazer a adaptação de material para o braille (transcrição).”

“Seria o ideal que a escola se preocupasse em fazer atividades adaptadas, infelizmente não está havendo essa preocupação, sempre há uma barreira por parte da escola.”

Interpretação

As adaptações da escola aos alunos com necessidades especiais são fundamentais para o bom desenvolvimento.

A seguir, apresenta-se a nuvem e a frequência das palavras mais utilizadas pelos pais.

Figura 15. Estratégias de dificuldades de aprendizagem

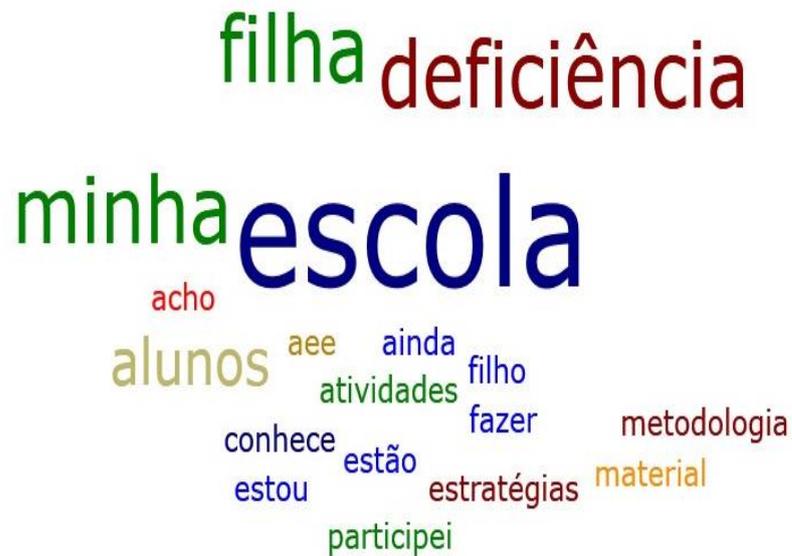


Tabela 12. Estratégias de dificuldades de aprendizagem

Término	Frequência
Escola	6
Filha	4
Deficiência	4
Alunos	3
Atividades	2
Metodologia	2
AEE	2

Pergunta 4. Como o professor da Sala Comum e do AEE orientam você a ajudar seu filho (a) nas atividades que vem para serem realizadas em casa (dever de casa)?

Pais dos alunos

Unidade de análises

Orientar

Subunidade

✓ Atividades

A importância do dever de casa tem sido demonstrada em diversos estudos nacionais e internacionais. Um dos efeitos positivos da lição de casa está relacionado à melhoria do desempenho acadêmico dos alunos.

É preciso saber planejar, organizar e desenvolver a lição de casa com a participação e colaboração das comunidades educacionais, além de reduzir os aspectos negativos que estão associados à lição de casa e, assim, poder ser uma ferramenta de melhoria educacional.

Entre as propostas de ação e aperfeiçoamento estão: quantidade de lição de casa, formação de professores, coordenação de professores, guias de orientação, entre outros.

De acordo com os pais através de uma boa orientação:

“Tenho uma boa orientação, mais também o professor tem que ser consciente que ele não faz as atividades.”

“Os professores orientam bem e a professora do AEE faz o material adaptado, mas o professor da sala de aula comum usa o mesmo material para todos os alunos.”

Nesse contexto, de que o professor não planeja o material de acordo com a especificidade do aluno, Pimentel (2012, p. 139) diz que alguns docentes “desenvolvem uma visão de que o aluno com deficiência é incapaz, e acabam por abandoná-lo, não favorecendo situações de interação que possibilitem o avanço cognitivo e o desenvolvimento desse sujeito”.

A importância do diálogo:

“Como temos um bom diálogo ente pais e professores, estamos sempre ajudando um ao outro.”

Problemas com o horário:

“As atividades do AEE são feitas somente nos horários de atendimento, não tem orientação nas demais atividades.”

Interpretação

Existe uma comunicação entre os professores do AEE e os pais, porém o professor da sala comum precisa adaptar as atividades conforme a necessidade e especificidade do aluno com deficiência.

Figura 16. Orientação de atividades para casa

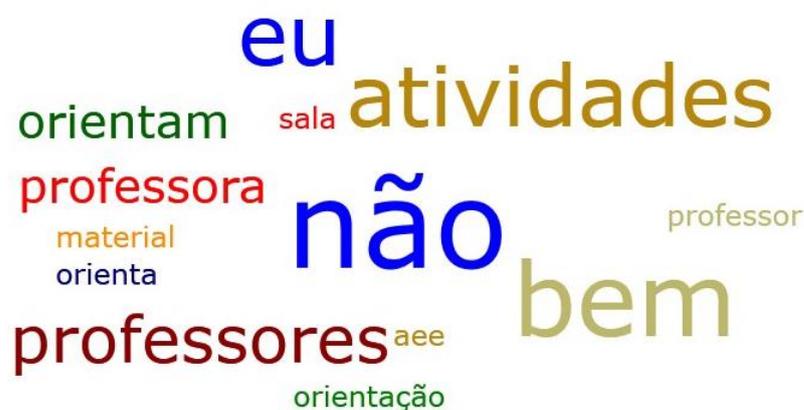


Tabela 13. Orientação de atividades para casa

Término	Frecuencia
Não	7
Bem	6
Professores	6
Atividades	5
Orientam	3

Pergunta 5. Quais dificuldades você enfrenta em relação ao professor da sala comum, e/ou ao professor do AEE quanto a aprendizagem do seu filho (a)?

Pais dos alunos

Unidade de análises

Dificuldades

Subunidade

- ✓ Professor do AEE

A participação na educação não é sem dificuldades que geram uma infinidade de conflitos. Existem obstáculos e desvantagens que podem impedir uma participação efetiva.

A presença de conflitos não precisa ser um obstáculo; Elas geralmente surgem quando diferentes opiniões têm que ser combinadas e trazem dinamismo e criatividade se forem resolvidas positivamente.

As formas de melhorar a relação família-escola e superar os conflitos que podem surgir são múltiplas. O que importa é encontrar uma maneira de realizar um trabalho conjunto no qual todos estão envolvidos em um projeto comum. Alcançar o envolvimento efetivo dos pais no processo educacional é a principal proposta de resolução de conflitos no campo da participação educacional e requer uma resposta comum de todos os setores da comunidade educacional.

Alguns testemunhos são coletados:

“Falta de orientação específica sobre a deficiência do meu filho e do que ele é capaz de aprender. ”

“A inclusão normal (sem discriminação) e mais atenção (diferenciada) por causa das dificuldades dele e da deficiência. ”

A falta de comunicação:

“Ainda não tive contato pessoalmente com a professora da sala de aula comum eu ainda nunca fui chamada a nenhuma reclamação, a minha filha escreve mais ainda não consegue”.

Interpretação

Precisa melhorar os relacionamentos.

Figura 17. Dificuldades de relacionamento

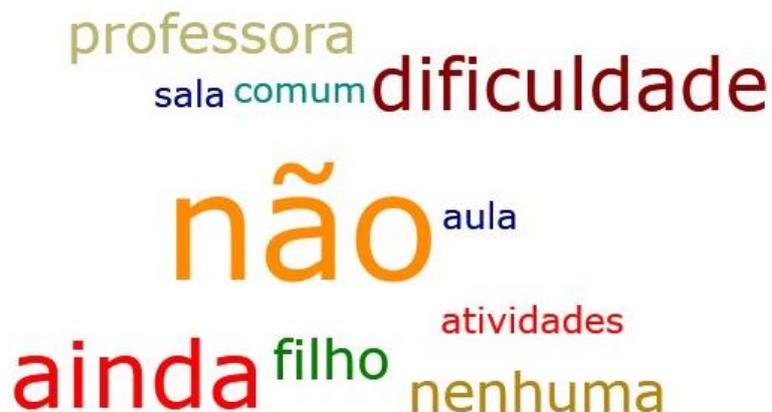


Tabela 14. Dificuldades de relacionamento

Prazo	Frequência
Não	9
Ainda	6
Dificuldade	5
Filho	4
Professora	4
Atividades	3

Pergunta 6. Na sua opinião, em que a escola precisa melhorar para que a aprendizagem do seu filho realmente aconteça de forma plena e satisfatória (prédio, professores, direção, coordenação pedagógica, materiais didáticos, metodologias)?

Pais dos alunos

Unidade de análise

Melhorar o aprendizado

Subunidade

✓ Satisfação

O sistema educacional deve ter os recursos necessários para que alunos com diferentes habilidades possam alcançar os objetivos onde a necessidade de coordenação com a família seja considerada vital. Para Sousa (2015) o ambiente escolar dever se adaptar e

proporcionar aos alunos a oportunidade de conviver socialmente, sendo assim necessário que a comunidade escolar, principalmente os professores tenham conhecimento sobre a especificidade dos alunos.

Essa conexão entre ambos os contextos de desenvolvimento é especialmente importante no caso de alunos com diferentes habilidades, pois facilita a intervenção compartilhada e promove nos pais um aumento no sentimento de competência que reverte positivamente para o desenvolvimento da criança.

Abaixo, as opiniões dos pais são coletadas para uma educação de qualidade...

“Material didático específico, mais atenção por parte do professor da sala comum, mais união da escola e da família, planejamento juntos. ”

“Ter um cuidador na escola. ”

“Incluir os pais dos alunos com deficiência nos planejamentos para que a gente se sinta parte da equipe e melhorar a parte recreativa para os alunos com deficiência. Melhorar a inclusão com os alunos normais da turma e da escola toda. ”

“A escola devia fazer parceria com o sistema de saúde para atender o aluno e a família. ”

“Sala mais confortável (melhoria do prédio), na verdade um prédio próprio e com condições adequadas. ”

“Na minha opinião a escola precisa ser adaptada (acessibilidade) e como sabemos os materiais didáticos são necessários para uma boa sala, imprescindível seja para o AEE ou no regular. ”

“Adaptação (transcrição) de material didático para o braile, ter material pedagógico para a escrita em braile (papel brailon), ter os materiais necessários para o aluno cego, como: kit reglete, soroban, bengala, máquina perkins, impressora braile... e principalmente os professores da sala comum

capacitados. Também ter um laboratório de informática com programas para os alunos com deficiência. ”

Interpretação

Os pais pedem adaptações dos materiais didáticos para melhorar a aprendizagem de seus filhos.

Figura 18. Melhorias para o aprendizado



Tabela 15. Melhorias de aprendizagem

Prazo	Frequência
Escola	7
Estudantes	5
Deficiência	4
Braile	3
Material	3
Sala de estar	3

6.3 AS ESTRATÉGIAS PARA ENVOLVER, APROXIMAR E INSERIR A FAMÍLIA DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR

Nesta categoria será abordada sobre a opinião dos coordenadores pedagógicos com relação as estratégias, o modelo de ensino e aprendizagem, as normas e planejamento que a

escola executa. Foram realizadas sete perguntas para 2 coordenadores, relacionadas com o objetivo em questão.

A figura do coordenador pedagógico é muito importante para o trabalho que se desenvolve na escola. A entrevista realizada com eles se deu em um contexto de grande receptividade e ajuda, foram questionados sobre temas como a importância da integração familiar e escolar na aprendizagem das crianças com deficiência, estratégias escolares para incentivar a participação das famílias, como a inclusão social é realizada, como funciona a equipe de apoio pedagógico, como a participação da família é avaliada, bem como o funcionamento das reuniões da equipe pedagógica.

Pergunta 1. Qual a importância da integração entre a família e a escola no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência?

“A parceria entre família e escola é primordial para o desenvolvimento da criança, com ou sem deficiência, pois através dessa união se buscará alcançar os objetivos educacionais”.

“Essa integração social para nós, enquanto coordenação pedagógica, facilita a orientação para uma melhor aprendizagem do aluno, pois as dificuldades são muitas e viabilizar esse processo é fundamental para o sucesso”.

Neste sentido, visando o desenvolvimento do aluno, a autora Silva (2015) expõe que:

A família deve ter um papel ativo na educação da criança, participando de forma positiva e adequada em todas as etapas do seu desenvolvimento. Para que essa educação se efetive com êxito deve ser exercida em interação com outros agentes educativos que possam contribuir para esse processo educativo (p. 20)

Para Morolla Garcia (2020, p. 31) a “família e escola são instituições que conjuntamente tem a responsabilidade de educar”.

Interpretação

A instituição familiar, assim como a escola possuem extrema importância no processo de desenvolvimento e formação dos alunos.

Pergunta 2. Quais são as ações e as estratégias da escola para estimular a participação da família dos alunos com deficiência no processo de ensino e aprendizagem e no contexto escolar como um todo?

“A escola dialoga com os pais, mostra a importância da participação nas aulas, na turma regular e no atendimento do AEE. Temos também o projeto: “Trabalhando a Inclusão da Pessoa com Deficiência na Escola São Lázaro: Vivenciando os jogos adaptados”, onde através do mesmo buscamos trazer a família para dentro da escola”.

“A escola através do AEE, tem projetos anuais e outros, como oficinas, que integram a participação dos pais, dentre estes se destacam palestras motivacionais, para que eles entendam a importância de educar, dar conhecimento ao aluno com deficiência”.

Contribuindo com as respostas dos participantes, Zanatta (2016, p. 22) relata que:

“As escolas que possuem ações pautadas por um raciocínio inclusivo, qualquer que seja a posição ou a função dos sujeitos dentro deste sistema, suas ações são consideradas como parte do processo que norteia o projeto pedagógico e político da escola porque as ações realizadas por qualquer sujeito estão a favor de um compromisso coletivo onde as reciprocidades, a solidariedade e cooperação são exercidas no cotidiano pode ser compreendida como o que fazemos pelo outro pode nos beneficiar diretamente ou indiretamente”.

Interpretação

A escola desenvolve estratégias e projetos que contribuem para o fortalecimento dos laços entre as famílias e escola, favorecendo maior participação, os valores do respeito, a

confiança, a sinceridade, a seriedade, a imparcialidade e a comunicação de ambas no contexto escolar.

Pergunta 3. Como o professor do ensino comum e do AEE planejam e executam a sua prática visando à inclusão social e escolar do aluno com deficiência e suas respectivas famílias?

“A cada início de ano os professores da classe regular que atendem os alunos com deficiência, são orientados a dialogar com os professores do AEE, onde conhecem mais sobre a deficiência e as melhores estratégias de aprendizagem”.

“O professor da sala comum e do AEE procuram sondar a vida da criança, sua rotina, para conhecer e ter conhecimento para trabalhar seu plano de aula incluindo a família e a responsabilidade de suas tarefas extraclasse”.

Interpretação

Os professores do AEE e do ensino regular devem proporcionar mais encontros, no decorrer do ano letivo para a elaboração, o planejamento e a execução de propostas pedagógicas e curriculares de qualidade, visando as especificidades de cada aluno e da família.

Pergunta 4. Como funciona o apoio pedagógico especializado da escola e de que forma este suporte contribui efetivamente para um melhor desenvolvimento da docência junto aos alunos com deficiência, a integração de suas respectivas famílias e a escola?

“Os alunos são atendidos no contra turno e os professores do AEE buscam dialogar com os professores da classe regular e com a família. Todos os atendimentos são direcionados de acordo com cada deficiência”.

“A orientação é fundamental para o estímulo docente, o desenvolvimento também parte deste trabalho mútuo para haver sucesso, conversas sobre as

estratégias de ensino, incentivo a cursos de aperfeiçoamento e sempre buscando orientar as famílias sobre as suas crianças e as respectivas deficiências”.

Interpretação

A escola desenvolve suas habilidades educacionais por meio de diálogos e orientações com os professores do ensino regular, os professores do AEE e a família.

Pergunta 5. Como você avalia a necessidade da participação ativa da família do aluno com deficiência no processo de ensino e aprendizagem?

“Muito importante, pois assim a família entende mais sobre a deficiência e sobre o seu papel no desenvolvimento da criança”.

“Fundamental, pois sem ela a criança não terá estímulo e autoconfiança para alcançar o objetivo que é a socialização e a aprendizagem”.

Interpretação

É importante e fundamental a participação da família na escola como forma de interagir na educação de seus filhos.

Pergunta 6. Em que momento o professor do AEE, o professor da sala comum, a coordenação pedagógica e as famílias dos alunos com deficiência se reúnem para discutir estratégias de ensino e aprendizagem específicas para esses alunos?

“Ainda não temos esse momento, mas conseguimos reunir os professores do AEE, Coordenação pedagógica e família, no início de cada ano e geralmente no mês de setembro, na culminância do projeto “Trabalhando a inclusão da pessoa com deficiência na Escola São Lazaro: Vivenciando os jogos adaptados”.

“Sempre temos reuniões e alguns encontros para discutir quando necessário”.

Interpretação

A escola deve promover momentos, reuniões com a família e a comunidade escolar para que haja a inclusão do aluno com deficiência e o processo de ensino e aprendizagem seja realizado de forma eficaz.

Pergunta 7. Na sua opinião, quais são os reais benefícios que se alcançam no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência quando há uma boa relação entre a família deste aluno e a escola?

“Por meio dessa união o aluno poderá se desenvolver em todos os aspectos: educacional, intelectual, moral, etc.”.

“A criança que é apoiada pela família frequenta melhor a escola e sua participação lhe dá: Autoestima, socialização com os colegas, melhora muito, seu conhecimento amplia em muito mais casos é visível”.

Interpretação

A parceria da escola com a família ajuda bastante no desenvolvimento intelectual e social do aluno com deficiência no contexto escolar.

Como resumo, a nuvem e a frequência das palavras mais utilizadas pelos coordenadores são coletadas.

Figura 19. Professores coordenadores



Tabela 16. Coordenação de revisões de provas

Prazo	Frequência
Deficiência	8
Escola	8
Família	7
AEE	6
Professores	5
Criança	5

CONCLUSÕES E PROPOSTA

Ao longo das diferentes partes do trabalho, se obteve os resultados desta pesquisa. Nesta seção, se procede, com base nesses resultados, para tirar as conclusões em relação aos objetivos formulados:

Objetivo 1: Analisar a opinião dos professores sobre contribuições educativas da família e o rendimento escolar do aluno com deficiência.

Em relação ao professor da sala comum

- ✓ A relação família-escola é de vital importância para o desenvolvimento escolar, social e emocional das crianças.
- ✓ Os professores têm uma visão positiva de inclusão tanto na atenção aos alunos, quanto nos meios que possuem.
- ✓ A cooperação familiar e escolar é absolutamente necessária, especialmente em tempos de pandemia.
- ✓ A família não assume a importância de sua participação na vida escolar da criança.
- ✓ O envolvimento familiar é necessário para superar as dificuldades dos alunos com deficiência.
- ✓ As estratégias devem ser projetadas para facilitar o contato e colaboração da família e da escola.
- ✓ É necessário que a figura do mediador supere a "relutância" com a família.

Em relação ao professor do AEE

- ✓ É de suma importância a relação família-escola para o processo de desenvolvimento educacional da criança com deficiência.
- ✓ A disponibilidade de recursos didáticos para professores na escola inclusiva depende dos recursos da escola.
- ✓ A participação e a contribuição da família é eficaz no processo de aprendizagem do aluno com deficiência.
- ✓ Os familiares dos alunos com deficiência, na maioria das vezes, não assumem a importância de sua participação na vida escolar da criança.
- ✓ Os pais devem acompanhar os filhos no processo de ensino e aprendizagem.

- ✓ As estratégias devem ser projetadas para facilitar o contato e colaboração da família e da escola.
- ✓ É necessário que a figura do mediador supere a "relutância" com a família.

Objetivo 2: Analisar a opinião que os familiares dos alunos com deficiência têm sobre a escola e a relação entre ambas.

- ✓ Necessidade de formação de professores em tempos de pandemia.
- ✓ É necessário abrir espaços para a participação da família na escola.
- ✓ As adaptações da escola aos alunos com deficiência são fundamentais para o bom desenvolvimento.
- ✓ Existe uma comunicação entre os professores do AEE e os pais, porém o professor da sala comum precisa adaptar as atividades conforme a necessidade e especificidade do aluno com deficiência.
- ✓ Precisa melhorar os relacionamentos.
- ✓ Os pais pedem adaptações dos materiais didáticos para melhorar a aprendizagem de seus filhos.

Objetivo 3: Descrever as estratégias, o modelo de ensino e aprendizagem, as normas e o planejamento que a escola executa para envolver, aproximar e inserir a família dos alunos com deficiência no contexto escolar.

- ✓ A instituição familiar, assim como a escola possuem extrema importância no processo de desenvolvimento e formação dos alunos.
- ✓ A escola desenvolve estratégias e projetos que contribuem para o fortalecimento dos laços entre as famílias e escola, favorecendo maior participação, os valores do respeito, a confiança, a sinceridade, a seriedade, a imparcialidade e a comunicação de ambas no contexto escolar.
- ✓ Os professores do AEE e do ensino regular devem proporcionar mais encontros, no decorrer do ano letivo para a elaboração, o planejamento e a execução de propostas pedagógicas e curriculares de qualidade, visando as especificidades de cada aluno e da família.
- ✓ A escola desenvolve suas habilidades educacionais por meio de diálogos e orientações com os professores do ensino regular, os professores do AEE e a família.

- ✓ É importante e fundamental a participação da família na escola como forma de interagir na educação de seus filhos.
- ✓ A escola deve promover momentos, reuniões com a família e a comunidade escolar para que haja a inclusão do aluno com deficiência e o processo de ensino e aprendizagem seja realizado de forma eficaz,
- ✓ A parceria da escola com a família ajuda bastante no desenvolvimento intelectual e social do aluno com deficiência no contexto escolar.

Após detalhado o alcance de cada objetivo específico, apresenta-se agora a discussão final da conclusão do objetivo geral, analisar a relação entre a família e a escola no processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência na Escola Estadual São Lázaro, de Macapá, no Estado do Amapá. Concluiu-se que a relação família e escola é fundamental para a construção da autonomia, da aprendizagem e da inclusão do aluno com deficiência. Entretanto, é imprescindível que a família compreenda a importância do seu papel e da sua participação no processo de aprendizagem de seus filhos. Assim como, compete à escola desenvolver o seu papel de formar cidadãos aptos para conviver na sociedade e tentar aproximar cada vez mais os pais em uma participação efetiva, ativa no contexto escolar e na inclusão de suas crianças com deficiência.

Após tecer as conclusões, sugere-se algumas propostas importantes para o avanço da relação entre a família e a escola no processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência na Escola Estadual São Lázaro. A proposta relatadas a seguir, foi sugerida a partir das análises das opinião dos participantes dessa investigação e na conclusão das análises dos dados. Portanto, é relevante para este estudo e também para as próximas pesquisas que surgirão, embasadas por essa temática. Assim recomenda-se:

- ✓ A implantação da estratégia metodológica “Roda de Conversa” que terá como objetivo a aproximação ativa da escola com a família dos alunos com deficiência, ampliando os momento de acolhimento e diálogo entre o professor da sala comum, o professor do AEE, o coordenador pedagógico e os pais.

Segundo Vargas, Pereira e Motta (2016, p. 130):

“[...] as rodas de conversa oportunizam também o aprender a conversar, o falar, o saber ouvir, a reflexividade e, sobretudo, impulsiona a criticidade, a argumentação e o diálogo. Os participantes da roda aprendem a exercer a

escuta ao outro, a ouvir de forma respeitosa as hipóteses, conhecimentos e vivências que o outro fala ao grupo”.

Dessa forma, a roda de conversa pode ser uma estratégia utilizada pelos escola como instrumento de rotina, que contribuirá com a relação família e escola no sentido de que ela possa ser estimulada e associada a eventos positivos e agradáveis e que, efetivamente, se promova a melhoria nos processos de socialização, aprendizagem, desenvolvimento e autonomia do aluno com deficiência e a educação inclusiva.

- ✓ A implantação do planejamento coletivo entre a coordenação pedagógica, os professores do ensino comum, professores do Atendimento Educacional Especializado e os Pais dos alunos com deficiência faz-se necessário e muito importante, pois a partir do momento que se constrói uma interação de fato com todos os sujeitos que integram ativamente a educação desse público, esta estratégia auxiliará os alunos com deficiência a avançarem no seu processo de ensino e aprendizagem; e a família que terá a oportunidade de construir conhecimentos e obter informações que possam melhorar o seu conhecimento acerca das atividades que seu filho está desenvolvendo no ambiente escolar, assim, terá mais facilidade em trabalhar o desenvolvimento social, pessoal e educacional da criança com deficiência, também no ambiente familiar, bem como, a escola que com certeza terá finalmente conseguido implantar a tão sonhada inclusão e a participação da família em seu contexto escolar.

Em seus estudos Zanatta (2016, p. 22) relata que:

“As escolas que possuem ações pautadas por um raciocínio inclusivo, qualquer que seja a posição ou a função dos sujeitos dentro deste sistema, suas ações são consideradas como parte do processo que norteia o projeto pedagógico e político da escola por que as ações realizadas por qualquer sujeito estão a favor de um compromisso coletivo onde as reciprocidades, a solidariedade e cooperação são exercidas no cotidiano pode ser compreendida como o que fazemos pelo outro pode nos beneficiar diretamente ou indiretamente”.

Portanto, através desta pesquisa foi possível delinear a relação entre a família e a escola no processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência, ficando evidenciado a necessidade da instituição escola e da instituição família compreenderem a importância desta relação no processo de uma educação realmente inclusiva para os alunos com deficiência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alaminos, C. (2018). *Fundamentos da educação especial: aspectos históricos, legais e filosóficos*. Indaial: UNIASSELVI. Recuperado de <https://www.uniasselvi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?codigo=29978>.
- Almeida, L.A.A., Magalhães, P.M.V.S., & Gonçalves, C.L. (2019). Direito à educação como princípio de justiça social: um olhar para as políticas avaliativas e suas reverberações no cenário curricular. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, 17(3), pp. 1075-1100. DOI <http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2019v17i3p1075-1100>
- Amorim, J.F.G, Rafante, H.C., & Caiado, K.R.M. (2019). A organização política das pessoas com deficiência no Brasil e suas reivindicações no campo educacional. *Revista Educação Especial*, 32, pp. 1-23. Recuperado de <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/38129/html>. DOI <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X38129>.
- André, E.L., & Barboza, R.J. (2018). A importância da parceria entre a família e a escola para a formação e desenvolvimento do indivíduo. *Revista Científica Eletrônica da Pedagogia*. Ano XVII, 30. Recuperado de http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/lupTy4EkojpUN2D_2018-10-6-10-36-41.pdf.
- Araújo, L. A., & Ferreira, B. M. (2019). A parceria família-escola na formação ética e intelectual da criança: educar para o mundo na modernidade líquida na perspectiva da filosofia contemporânea, 5(1), pp. 54-74.
- Barbiani, R. (2016). Violação de direitos de crianças e adolescentes no Brasil: interfaces com a política de saúde. *Saúde Debate*, 40 (109), pp. 200-211. <https://doi.org/10.1590/0103-1104201610916>
- Barbosa, D.S., Fialho, L.M.F., & Machado, C.J.S. (2018). Educação inclusiva: aspectos históricos, políticos e ideológicos da sua constituição no cenário internacional. *Revista Electrónica "Actualidades Investigativas en Educación"*, 18(8), pp. 1-20. DOI: <https://doi.org/10.15517/aie.v18i2.33213>
- Barros, A. B., Silva, S. M. M., & Costa, M. P. R. (2015). Dificuldades no processo de inclusão escolar: percepções de professores e de alunos com deficiência visual em escolas públicas. *Bol. Acad. Paulista de Psicologia*, 35(88), pp. 145-163. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bapp/v35n88/v35n88a10.pdf>
- Baptista, C.R. (2013). Ação pedagógica de educação especial: Para além do AEE. In: D.M. Jesus, C.R., Baptista & K.R.M. Caiado, *Prática pedagógica na educação especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado*. Araraquara, S.P: Junqueira&Marin.

- Bendinelli, R.C. (2018). *Atendimento educacional especializado (AEE): pressupostos e desafios*. Recuperado de <https://diversa.org.br/artigos/atendimento-educacional-especializado-pressupostos-desafios/>.
- Bezerra, G.F. (2021). Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: por uma (auto)crítica propositiva. *Roteiro, Joaçaba, 46*, pp. 1-26. DOI: <https://doi.org/10.18593/r.v46i.24342>
- Brandão, A.V. (2019). Inclusão de alunos com síndrome de asperger. *Educar FCE / Faculdade Campos Elíseos, 18(1)*, pp. 132-138.
- Brasil. (2013). *Direitos das pessoas com deficiência: cidadania: qualidade ao alcance de todos*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, p. 154. Recuperado de https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496487/Direito_das_pessoas_com_deficiencia.pdf?sequence=1.
- Brasil. (2013). *LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. 8 ed. Brasília, Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 45p.
- Brasil. (2016). *Constituição da república federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008*. Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas. Recuperado de https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf.
- Brasil. (2016). *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Comentada / Joyce Marquezin Setubal, Regiane Alves Costa Fayan (orgs.)*. Campinas: Fundação FEAC, 2016. Recuperado de <https://www.feac.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Lei-brasileira-de-inclusao-comentada.pdf>.
- Cáceres Gómez, R. y Gómez Baya, D: (2021). Actitudes de los padres hacia la escuela inclusiva. *Análisis y Modificación de Conducta, 47(175)*, pp. 53-73. <http://dx.doi.org/10.33776/amc.v47i175.5147>
- Caiola, A.M.F. (2017). *Família, deficiência e transições de vida: A reconfiguração de cenários familiares na deficiência* (Dissertação de mestrado). Instituto Politécnico de Portalegre, Portalegre, RN, Brasil. Recuperado de <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/22729/1/Andr%C3%A9%20Caiola%20Tese%20de%20mestrado%20Final%20.pdf>.
- Carmona Sáez, P., Parra Martínez, J. y Gomariz Vicente, V. (2021). Participación de las familias de alumnado con apoyos y atenciones diferentes: un estudio en un contexto

- multicultural. *Revista de Investigación Educativa*, 39(1), 49-69 DOI: <http://dx.doi.org/10.6018/rie.386551>
- Castro, E.G., & Macedo, S.C. (2019). Estatuto da Criança e Adolescente e Estatuto da Juventude: interfaces, complementariedade, desafios e diferenças. *Rev. Direito Práx., Rio de Janeiro*, 10(2), pp.1214-1238. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/40670>
- Castro, P.A., & Alves, C.O.S. (2018). Formação docente e práticas pedagógicas inclusivas. *Revista multidisciplinar de ensino, pesquisa, extensão e cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues*, 7(16), pp. 3-25. DOI: 10.12957/e-mosaicos.2018.38786
- Christo, S.V., & Mendes, G.M.L. (2019). Ensino colaborativo/coensino/bidocência para a educação inclusiva: as apostas da produção científica. *Instrumento: Rev. Est. e Pesq. em Educação*, Juiz de Fora, 21(1), pp. 33-44. DOI: <https://doi.org/10.34019/1984-5499.2019.v21.19079>
- Correia, M.S., Moraes, C.S., Dantas, R.O.R., & Araújo, O.H.A. (2018). O que sabemos e o que queremos do planejamento de ensino enquanto (futuros) professores. *Rev. Bras. de Iniciação Científica (RBIC), Itapetininga*, 5(3), pp. 130-144. <https://periodicos.itp.ifsp.edu.br/index.php/IC/article/view/908/924>
- Costa, D.C. (2017). *Concepção dos docentes sobre a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular* (Monografia de graduação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/4126/1/DCC14032018.pdf>
- Costa, M.A.A, Silva, F.M.C, & Souza, D.S. (2019). Parceria entre escola e família na formação integral da criança. *Rev. Pemo, Fortaleza*, 1(1), pp. 1-14. DOI: <https://doi.org/10.47149/pemo.v1i1.3476>
- Costa, M. J. S., & Ramos, K. M. C. (2015). Papel do coordenador pedagógico no acompanhamento do desenvolvimento da aprendizagem de alunos da educação básica. *Revista de Administração Educacional, Recife*, 1(1), pp.118-133.
- Cunha, L.J.L., & Negreiros, F. (2019). Inclusão de pessoas com deficiência intelectual na rede de ensino regular: uma revisão sistemática da literatura. *Educação & Linguagem*, 6(3), pp. 37-53. Recuperado de https://www.fvj.br/revista/wp-content/uploads/2019/11/3_REdLi_2019.3.pdf.
- Fonseca, V. (2016). Importância das emoções na aprendizagem: uma abordagem neuropsicopedagógica. *Rev. Psicopedagogia*, 33(102), pp. 365-384. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v33n102/14.pdf>.
- Franco, A.M.S.L., & Schutz, G.E. (2019). Sistema educacional inclusivo constitucional e o atendimento educacional especializado. *Saúde debate - Rio de Janeiro*, 43(4), pp. 244-255. DOI: 10.1590/0103-11042019S420
- Franco, R.M.S., & Gomes, C. (2020). Educação inclusiva para além da educação especial: Uma revisão parcial das produções nacionais. *Rev. Psicopedagogia*, Vol. 37, Núm. 113, p. 194-207. <http://dx.doi.org/10.5935/0103-8486.20200018>.

- Frick, L.T. (2016). *Estratégias de prevenção e contenção do bullying nas escolas: as propostas governamentais e de pesquisa no Brasil e na Espanha* (Tese de doutorado). Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP, Presidente Prudente, SP, Brasil.
- Garcez, L. (2017). *Inclusão como Processo de Modificação de Estruturas e Atitudes: os impactos da leitura relacional nos serviços à pessoa com deficiência na perspectiva dos Direitos Humanos*. In: Tuon, L., & Ceretta, L.B. Rede de cuidado à pessoa com deficiência. 1. ed. Tubarão: Copiart, Brasil. Recuperado de <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/5499/1/Rede%20de%20cuidado%20%C3%A0%20pessoa%20com%20defici%C3%Aancia.pdf>.
- García Cedillo, I., Romero Contreras, S. y Flores Barrera, V.J.(2021). COVID 19: condiciones de estudio estado emocional y aprendizajes escolares de alumnos con necesidades educativas especiales MLS *Inclusion and Society Journal*,1(1),76-92. <https://www.mlsjournals.com/MLS-Inclusion-Society/article/view/1050/1338>
- Guzón Nestar, J.L. y González Alonso, F. (2019). Comunicación entre la familia y la escuela. *Papeles Salmantinos de Educación*, 23, 31-53. DOI:10.36576/summa.108386
- Hernández Prados, M^a Á. y Gil Noguera, J.A. (2019). Participación en la escuela de las familias de alumnado con necesidades educativas especiales. *IV Congreso internacional virtual sobre La Educación en el Siglo XXI*, 217-228. <https://www.eumed.net/actas/19/educacion/21-participacion-en-la-escuela-de-las-familias.pdf>
- Hullen, A.C.N. (2018). Cidadania e direitos sociais no brasil: um longo percurso para o acesso aos direitos fundamentais. *Rev. secr. Trib. perm. Revis*, 6(11), pp. 213-227. DOI: 10.16890/rstpr.a6.n11.p213
- Konkel, E. N., Andrade, C., & Kosvosk, D. M. C. (2015). As dificuldades no processo de inclusão educacional no ensino regular: a visão dos professores do ensino fundamental. *Anais... IX Encontro Nacional sobre Atendimento Escolar Hospital. III Seminário internacional de Representações Sociais. V Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente*, Curitiba, PR, Brasil.
- Lazzaretti, B. (2017). A influência familiar no desenvolvimento das pessoas com deficiência. *Revista Eletrônica de Ciências da Educação, Campo Largo*, 16(1 e 2), pp. 1-16.
- Martim, A. R. (2019). O ato de brincar na educação infantil - jogos e brincadeiras. *Educar FCE / Faculdade Campos Elíseos*, 18(1), pp. 259-288. <https://www.fce.edu.br/pdf/REVISTA-EDUCAR-FCE-EDICAO-20-VOL2-PUBLICACAO.pdf>
- Meneses, M.A.R., Almeida, S., & Silva, G.N. (2018). *Novos paradigmas para a pessoa com deficiência: a inclusão como marco no Estatuto da Pessoa com Deficiência*. 1. ed. João Pessoa: A União. Recuperado de https://auniao.pb.gov.br/produtos/copy_of_livros/novos-paradigmas-para-a-pessoa-com-deficiencia.

- Morolla Garcia, L. (2020). *Relação família e escola: Desafios em contextos inclusivos*. Tesis Maestría, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/191728/garcia_lm_me_bauru_int.pdf?sequence=6
- Moura, R.R., & Vasques, R.F. (2018). Do direito à educação à gestão escolar: caminhos percorridos no scielo (2007-2017). *Perspectiva, Erechim*. 42(160), pp. 89-99. https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/160_737.pdf
- Moura, T.F.A., Gomes, P.C., Barreto, A. C.S., & Soares, L.S. (2018). A inclusão escolar do deficiente na percepção do coordenador pedagógico. *Rev. Simbio-Logias*, 10(14), pp. 1-23.
- Muniz, S.M., Muniz, R.F., & Viana, T.V. (2018). Serviço social e inclusão: a atuação do assistente social junto ao processo de inclusão das crianças com deficiência nas escolas de ensino regular. *Revista de educação, linguagem e literatura*, 10(1), pp. 179 – 192. <https://www.revista.ueg.br/index.php/revelli/article/view/6354>
- Oliveira, N. A. Q. (2018). *Interação entre escola e família no processo de ensino e aprendizagem da criança: análise da revista brasileira de educação especial* (Trabalho de conclusão de curso) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. PB. Recuperado de <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/14172/1/MAQO19112018.pdf>.
- Oliveira, M. C. (2018). *Parceria escola e família no processo de ensinoaprendizagem diante dos desafios da atualidade* (Trabalho de conclusão de curso) - Universidade Federal de Campina Grande. Cajazeiras, PB.
- Pasqualini, J.C. (2019). Três teses histórico-críticas sobre o currículo escolar. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, 45, e.214167, pp. 1-16. DOI. <https://doi.org/10.1590/s1678-4634201945214167>
- Paula, A., Lezana, A.G.R., Zonta, E.T., Santos, K.C., & Seleme, R. (2015). Inclusão na escola do sistema regular – integração: formação profissional, currículo e família. *Revista Intersaberes*, 10(20), p.p. 126-141. <https://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/1289>
- Paula, J.B., & Peixoto, M.F. (2019). A inclusão do aluno com autismo na educação infantil: desafios e possibilidades. *Cadernos da Pedagogia*, 1326), pp. 31-45. <https://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/1289>
- Pimentel, S. C. (2012). Formação de professores para a inclusão: saberes necessários e percursos formativos. In: T.G.Miranda (Orgs). *O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares*, pp. 139-158. Salvador: EDUFBA.
- Rodrigues, B.L.C. (2018). *A Caixa preta ainda não foi aberta: Uma revisão da literatura sobre a relação família-escola na educação infantil* (Trabalho de conclusão de curso). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Recuperado de

<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/12524/1/BRodrigues.pdf>.

- Rotela Cáceres, R.M., y Rotela Cáceres, N.I. (2021). Escuelas con enfoque inclusivo, desde la perspectiva de integración: Familia, Alumnos y Docentes. *Ciencia Latina Revista Científica Multidisciplinar*, 5(1), 673-688. https://doi.org/10.37811/cl_rcm.v5i1.270
- Santanna, A. (2015). A gestão escolar no contexto da educação inclusiva: a educação especial em questão. *RELVA, Juara/MT/Brasil*, 2(1), pp. 55-82.
- Santos, R.M. (2020). *Parceria família-escola: reflexões acerca das contribuições da família no desenvolvimento dos alunos da educação infantil* (Trabalho de conclusão de curso). Faculdade Maria Milza, Governador Mangabeira, Bahia, BA, Brasil.
- Santos, J. M. O., & Lima, P. G. (2020). A formação de professores e a educação inclusiva: discussão acerca do tema. *Revista Docent Discunt, Engenheiro Coelho*, 1(1), pp. 63-70. <https://doi.org/10.19141/docentdiscunt.v1.n1.p63-70>
- Sasaki, R.K. (2019). Por falar em classificação de deficiências. *Revista brasileira de tradução visual*. Recuperado de <https://audiodescriptionworldwide.com/tag/modelos-medico-e-social-da-deficiencia/>.
- Schroeider, C. F. A. (2019). A importância da afetividade no processo de ensino-aprendizagem. *Educar FCE*, 18(1), pp. 570-581.
- Seno, M.P., & Capellini, S.A. (2019). Nível de informação dos professores da educação especial sobre a Fonoaudiologia Educacional. *Rev. Psicopedagogia*, 36(111), p.p.293-304. <http://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/610/nivel-de-informacao-dos-professores-da-educacao-especial-sobre-a-fonoaudiologia-educacional>
- Silva, A.S. (2015). *A função da família no processo de desenvolvimento de filhos com deficiência intelectual* (Monografia de especialização). Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- Silva, B.E.D., Moreira, H.W.D., Oliveira, A.B., Silva, M.A.L., & Carvalho, M.G. (2018). Contribuições do Psicólogo Escolar no Processo de Inclusão de Crianças com Dificuldades de Aprendizagem na Escola. *Rev. Mult. Psic*, 12(40), pp. 214-227. <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1109>
- Silva, G.B., Kraeski, A.C., & Trichês, P. (2013). Documentos norteadores da educação para o ensino fundamental e a psicologia na Educação Física. EFDeportes.com, *Revista Digital. Buenos Aires*, Año 18, 183. Recuperado de <https://www.efdeportes.com/efd183/documentos-norteadores-da-educacao.htm>.
- Sousa, M. J. S. (2015). *Professor e o autismo: desafios de uma inclusão com qualidade* (Monografia de especialização). Universidade de Brasília – UnB, Brasília, DF, Brasil.
- Souza, A.P. (2016). *Relação escola e família de alunos com deficiência intelectual: o ponto de vista dos familiares* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, Brasil. Recuperado de

https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16709/1/Dissert_BotelhoMFC_v.final%5B27.10.14%5D.pdf.

Souza, A.P.S. (2019). *Contribuições do atendimento educacional especializado-AEE no desenvolvimento dos alunos com deficiência no ensino regular: desafios e perspectivas* (Monografia de graduação). Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, PB, Brasil. Recuperado de <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/20314/1/PDF%20-%20Ana%20Paula%20Silva%20de%20Souza.pdf>.

Souza, M.F., & Damázio, M.F.M. (2019). Professor do atendimento educacional especializado na escola comum e as práticas metodológicas inclusivas. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, 23(1), pp. 897-913. DOI: <https://doi.org/10.22633/rpge.v23iesp.1.12946>

Spini, M.R. (2016). *Direitos humanos da pessoa com deficiência: percepção de mães e pais cuidadores* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/6225/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Marta%20Rezende%20Spini%20-%202016.pdf>.

Vargas, V. A., Pereira, V. A., Motta, M. R. A. (2016). Reflexões sobre as Rodas de Conversa na Educação Infantil. *Zero-a-Seis*, Florianópolis, 18(33), pp.122-143, jan./jun. DOI: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2016v18n33p122>

Vieira, S.B. (2016). *Inclusão de alunos com deficiência intelectual. O que os professores querem saber: um guia de respostas às perguntas mais frequentes* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.

Vieira, E.P., Souza, L.S., Alves, C.M.S.D., & Oliveira, R. (2018). As condições de trabalho das coordenadoras pedagógicas da Educação Infantil. *Pro posições*, 29(3), pp. 467-491. <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2016-0148>

Zanatta, M. (2016). *Gestão democrática e desafios para a escola inclusiva* (Monografia de especialização). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil. Recuperado de <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/151661/001004804.pdf?sequence=1>

Zoadelli, C. L. (2018). *Relação família e escola na educação infantil: A reunião de pais em foco* (Dissertação de mestrado). Universidade Nove de Julho, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de <https://bibliotecatede.uninove.br/bitstream/tede/1975/2/Cristiane%20Lino%20Zoadelli.pdf>.

ANEXO 2: CARTA DE APRESENTAÇÃO



**UNIVERSIDAD
AUTÓNOMA DE
ASUNCIÓN**

Asunción, 09 de julio de 2021

A quien corresponda:

Por la presente, a pedido de la interesada, se comunica que **MARIA OSVALDINA FURTADO DOS SANTOS** es alumna de la Maestría en Ciencias de la Educación, de la Facultad de Ciencias de la Educación y la Comunicación, de la **Universidad Autónoma de Asunción (UAA)**, quien en el presente año, se encuentra en fase de elaboración de su tesis de Maestría con el tema de investigación: "**A relação entre a família e a escola no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência**"

A fin de recolectar datos como parte de la elaboración de la Tesis mencionada, solicitamos, por favor a las autoridades de la institución, se le concede a la alumna, la autorización para la aplicación de su instrumento de investigación, necesario para concluir el trabajo correspondiente.

Para lo que hubiere lugar,

.....
José Antonio Torres
Presidente del Comité Científico
Universidad Autónoma de Asunción

Josemar N. Oliveira
Josemar N. Oliveira
Pedagogo
Decano de la Facultad

Recibido en 18/10/2021.

ANEXO 3: TERMO DE CONCENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa: **A relação entre a família e a escola no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência.**

Pesquisador responsável: **Maria Osvaldina furtado dos Santos**

Instituição/Departamento: **Universidad Autónoma de Assunción**

Telefone e endereço postal: **(96) 98806 0755 / email: m-osvaldina@hotmail.com**

Local da coleta de dados: **Escola Estadual São Lázaro**

Eu, **Maria Osvaldina furtado dos Santos**, responsável pela pesquisa **A relação entre a família e a escola no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência**, o convido a colaborar como Participante voluntário (a) deste estudo.

Esta pesquisa pretende: **Analisar a relação entre a família e a escola no processo de ensino e aprendizagem do aluno com deficiência.** Acredito que ela seja importante por se **justificar no estudo da relação família e escola considerando que tais instituições contribuem para a formação da criança com deficiência, sua introdução e convivência em outros contextos de socialização.** Além disso, a partir do momento em que o aluno com deficiência é inserido no espaço escolar, torna-se inevitável a conexão entre ambas. Sua realização ocorrerá da seguinte forma: A pesquisa ocorrerá nas dependências da E.E. São Lázaro, onde a pesquisadora entregará aos participantes primeiramente o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, após todos terem lido e assinado, a pesquisadora entregará um questionário para cada participante, para que este leia e responda a cada um dos itens, em seguida a pesquisadora recolherá os questionários e os levará, para posterior análise dos dados coletados. Sua participação constará de assinar o TCLE e preencher o questionário de forma livre e espontânea.

É possível que durante a pesquisa aconteçam os seguintes desconfortos ou riscos:

1 - VULNERABILIDADE: podendo haver possíveis desconfortos ou até mesmo algum constrangimento por parte dos participantes voluntários em querer participar da pesquisa e/ou em responder alguma pergunta, também pelo período de pandemia do qual ainda estamos vivendo.

2 - PRECONCEITO: por causa da deficiência em si e do grau de comprometimento do participante, neste caso aqui, sendo devidamente representado por seu familiar/ Responsável/ tutor legal.

3 - PRIVACIDADE: por ser um grupo de pessoas em uma sala, respondendo a questões que poderá implicar em possíveis posteriores mudanças por parte da escola, poderia dar a entender que, em algum momento essa ação, acarretará em discriminação, constrangimento ou retaliação do participante voluntário.

OBSERVAÇÃO: por todos estes riscos é que a pesquisadora se fará presente durante a aplicação do questionário para garantir que serão mantidas as precauções contra a covid-19, bem como, a confidencialidade e o anonimato e dos participantes, e que todos terão privacidade e autonomia para responder de forma segura, livre e espontânea, de acordo com a realidade na qual estão inseridos cotidianamente, seja como profissional da escola ou pai / responsável de aluno.

- 1- Os benefícios que se espera alcançar como estudo são: Contribuir com a relação família e escola no sentido de que ela possa ser estimulada e associada a eventos positivos e agradáveis e que, efetivamente, se promova a melhoria nos processos de socialização, aprendizagem, desenvolvimento e autonomia do aluno com deficiência.
- 2- Maior clareza sobre o papel dos familiares no processo de apoio e contribuição com a vida escolar do aluno com deficiência.
- 3- Propor a implantação de ferramentas que permitam maior aproximação da família do aluno com deficiência e a escola, visando assim, uma melhoria o processo de ensino e aprendizagem.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer informação ou outro esclarecimento. Para isso, entre em contato com a responsável pela pesquisa ou com o Comitê de Ética em Pesquisa.

Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de sanção, dano ou prejuízo pela sua decisão.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão ser divulgadas, apenas, em eventos ou publicações, sem a identificação dos participantes voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo e o anonimato sobre sua participação. Não serão utilizadas imagens.

Os gastos necessários para a realização e a sua participação na pesquisa serão

assumidos pela pesquisadora. Fica, também, garantida a indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

Autorização

Eu, _____, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com a pesquisadora responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado (a), ficando claro para todos, que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou prejuízos. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e anonimato. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais me será entregue.

Macapá, ____ de _____ de 2022.

Assinatura do participante voluntário: _____

Digital do Participante



Assinatura da Pesquisadora: _____

ANEXO 4: PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ - UNIFAP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A relação entre a família e a escola no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência

Pesquisador: MARIA OSVALDINA FURTADO DOS SANTOS

Área Temática:

Versão: 5

CAAE: 52627121.6.0000.0003

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE AUTÔNOMA DE ASSUNÇÃO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.343.359

Apresentação do Projeto:

Conforme parecer anterior!

Objetivo da Pesquisa:

Conforme parecer anterior!

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS: apresentou os riscos conforme resoluções 466/2012 e 510/2016.

Benefícios: Conforme parecer anterior!

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Conforme parecer anterior!

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentou todos os termos obrigatórios.

Recomendações:

A PESQUISADORA DEVERÁ:

1) OBSERVAR TODOS OS PROTOCOLOS RELATIVOS A PANDEMIA COVID-19 NO CONTATO COM OS PARTICIPANTES DA PESQUISA.

2) REFERIR NOS RELATÓRIOS PARCIAL E FINAL A AMOSTRA DE PARTICIPANTES EM CADA GRUPO

Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek de Oliveira - Km.02, Marco Zero

Bairro: Bairro Universidade **CEP:** 68.902-280

UF: AP **Município:** MACAPÁ

Telefone: (96)4009-2805 **Fax:** (96)4009-2804 **E-mail:** cep@unifap.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP



Continuação do Parecer: 5.343.359

PESQUISADO (A proponente apresentou o total da amostra 23 participantes). Deverá informar:

- Quantos participantes serão professores da sala comum e do Atendimento Educacional Especializado-AEE;
- Quantos coordenadores pedagógicos;
- Quantos pais de alunos.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências. Apto a ser aprovado pelo CEP/UNIFAP.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1839599.pdf	05/04/2022 20:08:09		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	05/04/2022 20:07:28	MARIA OSVALDINA FURTADO DOS SANTOS	Aceito
Outros	CARTA_DE_ANUENCIA.pdf	29/03/2022 22:16:37	MARIA OSVALDINA FURTADO DOS SANTOS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.pdf	29/03/2022 22:10:51	MARIA OSVALDINA FURTADO DOS SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	09/02/2022 13:58:02	MARIA OSVALDINA FURTADO DOS SANTOS	Aceito
Outros	Questionario.docx	07/10/2021 12:17:12	MARIA OSVALDINA FURTADO DOS SANTOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek de Oliveira - Km.02, Marco Zero
Bairro: Bairro Universidade **CEP:** 68.902-280
UF: AP **Município:** MACAPA
Telefone: (96)4009-2805 **Fax:** (96)4009-2804 **E-mail:** cep@unifap.br

ANEXO 5: QUESTIONÁRIO

Questionário para os professores do AEE e da Sala Comum

1. Qual a importância da relação família e escola no processo de ensino aprendizagem da criança com deficiência?

2. Que meios a escola oferece, que você considera primordial para que a efetivação do processo de ensino e aprendizagem ocorra de forma plena e satisfatória para o aluno com deficiência?

3. O processo ensino e aprendizagem abarca vários contextos sociais em que o aluno com deficiência está envolvido, como você descreve as contribuições da família dentro desse processo?

4. O ensino e a aprendizagem são processos que não podem ocorrer distante e isolado da participação familiar, como você analisa o envolvimento da família no espaço e tempo que a escola concede?

5. Como o professor da Sala Comum e do AEE orientam você a ajudar seu filho (a) nas atividades que vem para serem realizadas em casa (dever de casa)?

6. Quais dificuldades você enfrenta em relação ao professor da sala comum, e/ou ao professor do AEE quanto a aprendizagem do seu filho (a)?

7. Na sua opinião, em que a escola precisa melhorar para que a aprendizagem do seu filho realmente aconteça de forma plena e satisfatória (prédio, professores, direção, coordenação pedagógica, materiais didáticos, metodologias...)?

Questionário para a Coordenação Pedagógica

1. Qual a importância da integração entre a família e a escola no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência?

2. Quais são as ações e estratégias da escola para estimular a participação da família dos alunos com deficiência no processo de ensino e aprendizagem e no contexto escolar como um todo?

3. Como o professor do Ensino Comum e do AEE planejam e executam a sua prática visando à inclusão social e escolar do aluno com deficiência e suas respectivas famílias?

4. Como funciona o apoio pedagógico especializado da escola e de que forma este suporte contribui efetivamente para um melhor desenvolvimento da docência junto aos alunos com deficiência, a integração de suas respectivas famílias e a escola?

5. Como você avalia a necessidade da participação ativa da família do aluno com deficiência no processo de ensino e aprendizagem?

6. Em que momento o Professor do AEE, o Professor da Sala Comum, a Coordenação Pedagógica e as Famílias dos alunos com deficiência se reúnem para discutir estratégias de ensino e aprendizagem específicas para esses alunos?

7. Na sua opinião quais são os reais benefícios que se alcançam no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência quando há uma boa relação entre a família deste aluno e a escola?

Questionário para os Familiares dos alunos com deficiência

1. Quais obstáculos você encontrou por parte da escola quando você foi matricular o seu filho (a) devido a deficiência que ele possui?

2. Que aspectos a escola apresenta, que você considera primordial para que a efetivação do processo de ensino e aprendizagem ocorra de forma plena e satisfatória para o aluno com deficiência?

3. De que forma você enquanto família de um aluno com deficiência tem buscado contribuir dentro dos espaços e tempos que a escola lhe proporciona?

4. Quais são as estratégias que a escola deve aplicar em relação as dificuldades apresentadas pelo seu filho no processo de ensino e aprendizagem?

5. Como o professor da Sala Comum e do AEE orientam você a ajudar seu filho (a) nas atividades que vem para serem realizadas em casa (dever de casa)?

6. Quais dificuldades você enfrenta em relação ao professor da sala comum, e/ou ao professor do AEE quanto a aprendizagem do seu filho (a)?

7. Na sua opinião, em que a escola precisa melhorar para que a aprendizagem do seu filho realmente aconteça de forma plena e satisfatória (prédio, professores, direção, coordenação pedagógica, materiais didáticos, metodologias...)?
